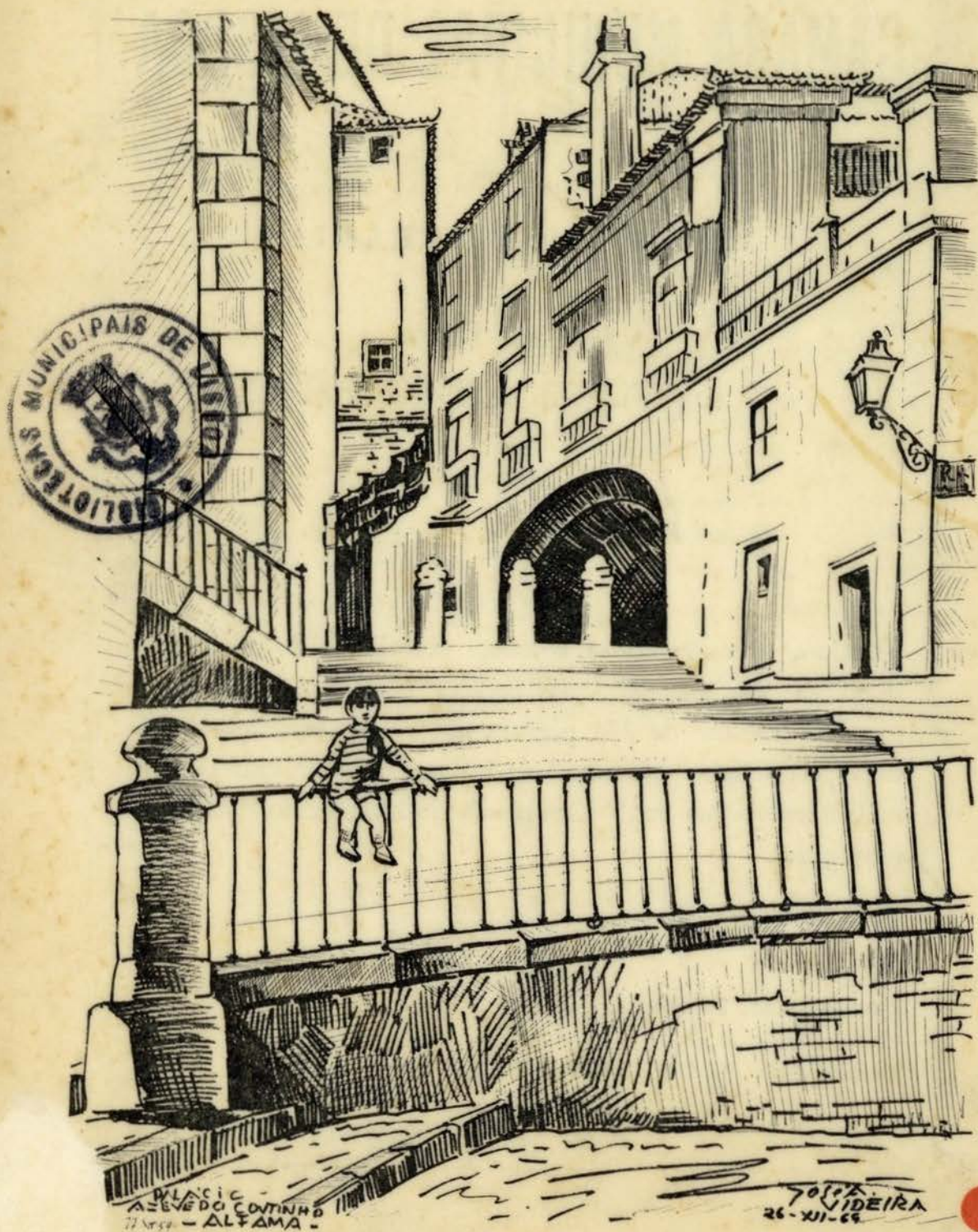


# OLISIPO

Boletim do  
Grupo Amigos de Lisboa



# CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

---

## NOVIDADE LITERÁRIA

Vasco da Gama  
e a sua Viagem de Descobrimento

por

*José Pedro Machado e Viriato Campos*

Com a edição crítica e leitura actualizada do relato anónimo da Viagem.

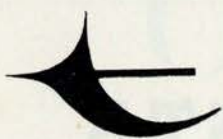
Um volume de 272 páginas, em edição esmerada, publicada pela Câmara Municipal de Lisboa, como contributo para as Comemorações do V Centenário do Nascimento do Grande Navegador.

**Preço: Esc. 70\$00**

Distribuidor: GRUPO AMIGOS DE LISBOA

Largo Trindade Coelho, 9 - 1.º

(Telef. 32 57 11)



**TRANQUILIDADE**  
SEGUROS

Fundada em 1871

Capital e Reservas em 1968  
MAIS DE UM MILHÃO DE CONTOS

LISBOA—Av. da Liberdade, 242  
PORTO—R. Cândido dos Reis, 105

A

**LEGAL & GENERAL**

*agradece aos*

«AMIGOS DE LISBOA»  
*a preferência que lhe têm  
— dado para os seus  
— contratos de seguros*

Capital e Reservas

**800 MILHÕES DE LIBRAS**

CORRESPONDENTE:

*Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA*

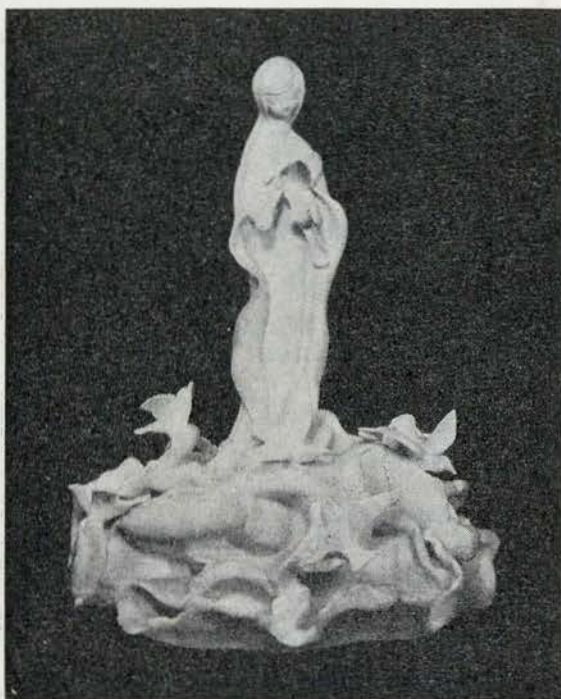
SENA SUGAR ESTATES, LTD.

*PLANTAÇÕES E FÁBRICAS DE AÇÚCAR EM*

LUABO e MARROMEU

.

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE



# VISTA ALEGRE

*Porcelanas*

●  
**LOJAS:**

Largo do Chiado, 18— LISBOA  
Av. Navarro, 42— COIMBRA  
R. Cândido Reis, 18— PORTO  
R. St.ª Isabel, 21— PORTIMÃO

*SEDE*

L. BARÃO DE QUINTELA, 3-1.º  
LISBOA

## CASA AFRICANA

●  
**PREÇOS FIXOS  
E MARCADOS  
EM TODOS OS  
ARTIGOS**

●  
**ON PARLE  
FRANÇAIS**

●  
**ENGLISH  
SPOKEN**

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

●  
Rua Augusta, 161 — Telef. 32 42 64 - 65 P. B. X.  
**LISBOA**

Rua Sá da Bandeira, 166 — Telef. 1361 P. B. X.  
**PORTO**

**Edifício do Cruzeiro — ESTORIL**

Oferta

27. JUL. 1988

M.

# OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXXII

JULHO/DEZEMBRO DE 1969

NÚMEROS 127/128

Direcção, Edição e Propriedade  
do

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º — Tel. 32 57 11  
Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. — S. Vicente de Fora — R. Voz do Operário, 5-A



## SUMÁRIO

HUGO COUTINHO RAPOSO † ... ..	85
O «PADRE GOVEA» E OS MENINOS DE PALHAVÁ por <i>Abílio Mendes do Amaral</i> ... ..	87
ALGUMAS NOTAS SOBRE OS ÓRGÃOS DA IGREJA DE S. ROQUE por <i>Luis A. Esteves Pereira</i> ... ..	108
RICARDO SEVERO E SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA — Síntese de uma conferência do <i>Eng.º Júlio Eduardo dos Santos</i> ... ..	115
EXPOSIÇÃO BIBLIOGRÁFICA NA SEDE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» ... ..	127
SOCIEDADE NACIONAL DE MÚSICA DE CÂMARA ... ..	130
POESIAS OLISIPONENSES: Á MINHA BELA CIDADE por <i>Christina Bérens Freire</i> ... ..	132
ACTIVIDADE CULTURAL DO SEGUNDO SEMESTRE DE 1969 ... ..	133
FEIRA DA LADRA ... ..	135
CAPA: Palácio Azevedo Coutinho (Alfama) — Desenho de <i>J. A. Videira</i>	
VINHETAS de <i>J. A. Videira e Figueiredo Sobral</i>	

*Distribuição gratuita a todos os sócios*

*Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores*

## CORPOS GERENTES DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

### JUNTA DIRECTIVA

- Presidente* — Prof. Doutor Fernando Freitas Simões  
*Vice-Presidente em exercício* — Eng. Júlio Eduardo dos Santos  
*Secretário-Geral* — Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves  
*Secretário-Geral Adjunto* — Fernando Dias Pereira  
*Tesoureiro* — Hugo Raposo  
*Vogais* — Dr. Alberto Gomes  
Dr. Paulo Caratão Soromenho  
Dr. José Pedro Machado

### ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente* — Dr. Álvaro do Amaral Barata  
*Vice-Presidente* — Prof. Armando de Lucena  
*1.º Secretário* — Joaquim Pascoal Rodrigues  
*2.º Secretário* — Marcial Pereira Mendes

### COMISSÃO DE CONTAS

- Presidente* — Coronel Aníbal Afra Nozes  
*Secretário* — Hygino Nunes da Silva  
*Relator* — Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

HUGO  
COUTINHO  
RAPOSO



**M**AIS um dos sócios fundadores nos deixou este ano de 1969. Hugo Raposo, que era o nosso sócio n.º 40, abruptamente desapareceu do nosso convívio. Companheiro muito estimado, que sucessivamente foi na Junta Directiva Secretário-Geral e ultimamente Director-Tesoureiro, deixou uma vaga, quase poderíamos dizer insubstituível entre nós.

Afável, bondoso, amigo do seu amigo, era dedicadíssimo ao Grupo e prestimoso colaborador das suas actividades.

Colaborador assíduo do nosso Boletim, tendo editado separatas sobre «Norberto de Araújo e o Inventário de Lisboa», «O Palácio do Conde de Oeiras» e «Primeiro Circuito de Lisboa Moderna em Transporte Colectivo», realização esta da sua iniciativa que se repetiu seis anos sempre com acentuado interesse, várias vezes ocupou a nossa tribuna de conferente, sempre enamorado por a nossa Cidade.

Possuidor duma valiosa colecção bibliográfica e iconográfica sobre Lisboa, era ultimamente vereador substituto da nossa Câmara Municipal. Deixou em todos nós funda saudade e o Grupo muito lhe ficou devendo.





# O “PADRE GOVEA”

## E OS MENINOS DE PALHAVÃ

Por ABÍLIO MENDES DO AMARAL

### I

#### A SOMBRA DO VARATOJO

D. Gaspar de Moscoso e Silva — correntemente o «Padre Govea» —, irmão de D. Martinho de Mascarenhas, era filho do 5.º Conde de Santa Cruz e de sua mulher D. Teresa de Moscoso Aragão (ou Osório?) com quem, depois de viúva, casara D. João de Mascarenhas. Nasceu em 1685, doutorou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra, foi deão da Sé de Lisboa, Deputado do Santo Ofício, do Conselho de D. João V, Reitor da Universidade e, como grande fidalgo e parente da Realeza, teve grande influência na vida política do seu tempo.

Quem se interessar pela sua biografia, que nestas colunas não vai além de mero apontamento, tem muito a quem recorrer: Fr. Cláudio da Conceição, Fr. Manuel de Maria Santíssima, Alberto Pimentel, Ayres de Carvalho, etc.

Um dia, o poderoso fidalgo resolveu entrar num convento. Em 20 de Junho de 1715, vestiu no Varatojo o hábito de noviço; daí a um ano, a 21, professou *faustosamente* com a assistência de D. João V, dos Infantes D. Francisco e D. António, do Inquisidor Mor Cardeal da Cunha e de toda a corte. E logo os aduladores — ou ingénuos — aproveitaram para cantar o seu desapego às grandezas do mundo e a renúncia ao fausto da púrpura. Palavras de Merveilleux: «... grande Pregador, mais respeitável ainda pela santidade de vida que pela sua nobreza. Este santo homem... levou o seu desinteresse a recusar a Dignidade de Patriarca e o Chapéu de Cardeal.»

Ora o Padre Govea — afigura-se-me — não era ave de gaiola, pelo que não iria passar a vida entre quatro paredes estreitas, movendo-se a toque de sino e ralando-se com os pecados, seus ou alheios. E assim, não tardou muito em descobrir forma de — segundo parece — se libertar de constrangimentos e voltar àquela espécie

de vida airada, que tanto lhe ia a carácter: «a instâncias do soberano e autorização pontificia, recebeu o encargo de reformar a congregação dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho».

E ficou, daí por diante, a ser conhecido e designado por Padre Reformador.

Não serei eu a julgá-lo pela forma como se desempenhou da tarefa, mas posso afirmar que desagradou a muita e boa gente. Isso é natural, dada a sua feição política e as alturas em que se movimentava.

Foram muitas as queixas e os reparos opostos às suas medidas e actuação. E não vinham só dos coagidos a uma disciplina mais dura e severa, cuja necessidade não seria imperiosa. Procediam, no sector religioso, de várias direcções.

São muito interessantes e decerto valiosos os documentos manuscritos que tenho à mão, todavia sem inteiro cabimento nos limites dum artigo de jornal, sòmente tresladarei alguns excertos, para amostra.

★

Duma carta que ao P.<sup>o</sup> Reformador escreveu o P.<sup>o</sup> D. Joaquim Bernardes, em nome (equivalerá a dizer em memória) do venerável Fr. António das Chagas fundador do Seminário do Varatojo:

— «Tambem, senhor Fr. Gaspar, a esta distancia infinita chegam a vozes de Varatojo; porque gritam as pedras de ver quebrada aimagem da verdade cò os golpes da mentira; e como eu fuy arquiteto defsa maquina, comigo fallam tantas linguas. Ouça Vossa Caridade da minha o que dizem todas, para quefe nam confunda na Babilonia, em que está metido.

Diz a a lingua do Religiozo, que V. C. deyx a retiro da Tebaida pela afsistencia da Corte, a Mifsam pelo despacho, o Confessionario pelo Concelho, a Caza da oraçam pelo Palacio, fervindo a taboa em queselivrou do naufragio, de materia para o fogo, devendo guardar-fe para memoria do milagre: que arrependido dos votos veste depurpura a fantazia, esquecido, deque amortalhado em vida, se meteu em huma cova, que quebrou o espelho para tornar a ver-fe como se viu: que metendo debayxo dos pés ás grandezas da Caza, a toma sobre os hombros sem lhe pezar na consciencia as fatalidades do fangue, porque a vaidade lhas faz leves, sendo tam pezadas: que vivendo sem clauzura, a quer dar por ley a os Cruzios, graduando-se de ignorante, quando aceytou ser Reformador de huma Congregaçam, que se a uniam lhe nam faltara, e as parcialidades acabáram, forapara todas as Religioens exemplo o seu exemplar procedimento; e tomo por co'cluzam destas premicias, que V.C. nam he Religiofo, se nam hypocrita.

Diz a lingua do Polytico, que V.C. sabe, como testemunha de vista, que asleys, que se juráão, quesenam guardam: que procede absoluto contra odivino, eh humano preceyto: que a grandeza está desprezada, a Nobreza abatida, a plebe soberba, e atrevida, os indignos premiados, eos benemeritos desfavorecidos: os pobres descontentes, os Tribunaes fem Presidentes, as Secretarias orfaãs: o Conselho de Estado sem exercicio: os soldados fem estimaçam, as Igrejas fem Prelados, as conquiftas sem cuydado: as fronteyras sem reparo, os lugares de justiça sem provimento: Os postos militares vagos, a India ajudando-a a bem morrer os

Padres da Companhia: O Bichi Scismatico declarado, favorecido; o Firrão catholico verdadeyro, desprezado, enam admittido: o desperdicio da Patricarcal sem sefsar; o luxo em aumento; a honra em declinaçam: as chaves do despacho lançadas ao mar; os erarios Regios exhauridos; a Coroa empenhada [...]. E tiro por concluzam do argumento de Politica, q' V.C. nam he Mifsionario Apostolico, se nam hum adulador, e lifonjeyro.

Falla a lingoa do Ceo, e diz, que V.C. tem visto no Ceo Cometas: nas praias de Lx.<sup>a</sup> morrer a ballea, que levou Ionas aos de Ninive: acabar Narcifo das agoas ao Infante D. Miguel, fazendo-lhe tanta lastima, que abraçadas com o cadaver, o esconderam em si, chorando a sua desgraça muytos dias. Huma epidemia tam terrivel, que pafmavam os vivos de fe encontrarem com tantos mortos, E havendo votos, que se mudasse a Corte para os dezertos de Cintra: temendo a espada da divina Justiça, ja dezembainhada, nam reviam o golpe. Treme a terra oprimida detanto pezo: tocam armas os elementos, fazendo gemer no infensivel o vegetativo, mostrando-nos no formozo Tejo de morte cor pintado, hum prato do juizo; mas deste juizo levanta a lizonjaestatuas á constancia, devendo a verdade clamar mizericordias á omnipotencia dos Ceos. Confulte [P. Fr. Gaspar] estes pontos com acaveyra, que tem á cabeceyra, q' fem grande lastima, nam dexará de ver, caminhe descalfó, vestido de burel para o inferno.

Que receya? a ira do Soberano? Que mayor gloria, que achar em Lisboa a coroado martyrio. Anime o espirito: faça cahir dos Altares da concupiscencia tantos idolos della: seja sua voz imitadora daquela trombeta tam temida que se hade ouvir no fimdo mundo: pregue penitencia a Lisboa, que está peyor, doque Ninive: notifique-a para, dentro destes quarenta dias da Quaresma, fazer penitencia, ou Ser subvertida; ese afsim o nam fizer, tenha por infallivel, que há no Ceo rayos, e no fogo lingoas, e eu tomarey por testemunha as letras deste papel, e com ellas lhe formarey procefsó no tribunal da divina Justiça, accufando-o como parte, por ser transgresor dos Estatutos, que fiz, aprovados pelo Vigario de Christo, que seja com V. C., paraquem peço os mais vehementes auxilios.

DeV.C.

Carifsimo ...»

## II

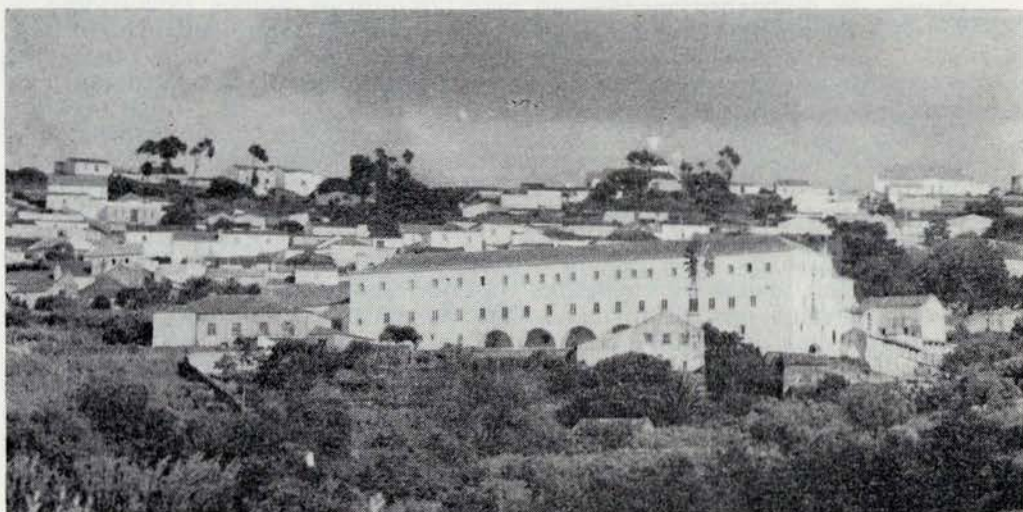
### SUA ACÇÃO DE REFORMADOR

Não tenho o propósito de carregar ou aliviar Fr. Gaspar da Encarnação — o «Padre Govea» — mas de preferênciam apresentá-lo com suas virtudes e defeitos, mostrando quanto é difícil e melindrosa a função de juiz.

Registarei que o mesmo P.<sup>e</sup> D. Joaquim Bernardes lhe escreveu, mais duma vez, só em seu nome pessoal, dizendo verdades amargas. E mais eclesiásticos entraram na contenda, entre os quais D. Francisco de Nossa Senhora do Porto (Convento de Mafra) e o Geral Fr. Joseph de Maine.

A posição do Varatojo foi corajosa e desassombrada: o Guardião e mais Missionários daquele Seminário representaram ao Rei, chamando ao P.<sup>e</sup> Reformador: «*Reo de muitas culpas e juntamente Autor dellas notificado repetidas vezes pellos avizos deDeos, e remorsos da sua Consciencia*».

E nessa extensa Representação achareis 25 acusações, em outros tantos parágrafos inicialmente repetindo o vocábulo PROVARÃO.



*Convento do Varatojo*

«Provaráo que vive ha dezoito annos fora do seo Mosteiro com dous companheiros do mesmo habito com o motivo, epretexto de reformarem a Congregação dos Conegos Regulares de Santa Cruz de Coimbra, o qual motivo, epretexto de nenhua Sorte lhes servia ou podia servir de impedimento para faltarem às obrigações de Sua Regra, e Santos costumes; poiz, primeiro estão obrigados em todo o rigor de direito a observarem a Religião, que he sua, do que fazer observar a que he alheya.»

«... e não vendo as trabes nos seus olhos ao mesmo tempo em que querem descobrir os argueiros nos dos reformados.»

«applicandose, e implicandose em todos os negocios do Reyno, e na criação das pessoas de Sangue Regio, para q'esses grilhoes fortes o conservem nagraça do Príncipe da Terra sem attender à que perde do Principe da Gloria.»

«... se tem intrometido em quazi todas as Religioes sagradas, fazendo, que governem nellas sujeitos dasua factura, atropelando p. ifso as Leys, Constituições, e bons costumes...»

«Provaráo que sendo o Embg.<sup>do</sup> hú monstro do valimento, hú susto perpetuo do Reyno, um Idas da Religião Seraphica, e hú Herodes de Innocentes, por cuja cauza padecem os embg.<sup>tes</sup> notoria infamia por andar o embg.<sup>do</sup> vestido no seo santo habito, ao mesmo tempo, que só o tem feito de se despir de todo o seo instituto.»

Prometendo juntar os documentos comprovativos, pedem que se comece por encerrá-lo na clausura. Pela comunidade assina o Guardião do Varatojo.



Datada do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 9 de Dezembro de 1768 há uma Provisão de S. M.

«Eu El Rey faço saber avós Vigario do Mostr.<sup>o</sup> des.<sup>ta</sup> Cruz deCoimbra...  
... havendo-se-me então representado (à morte de Fr. G. da Encarn. em 1752), e protestado pello Geral D. Francisco da Anunciação emais Religiosos com elle associados, que não careciaõ já de Reformador...  
... Havendo-me sobretudo o referido constado porfactos certos, e evidentes que se fizeraõ naminha Real prezença indubitavelm.<sup>te</sup> manifestos que o sobredito Reformador Fr. Gaspar da Encarnação *em todo oLongo espaço dos 29 annos que existio naquelle emprego não escreveo nem huma só regra* concernente a Reforma que tinha a seo cargo, eque m.<sup>to</sup> pello contrario governava effa Congregação pello seo particular, eLivre arbitrio sem estabelecer alguãs Regras commuas para os exercicios da Religião, dogoverno, eda economia daditta Congregação...; por huã parte ter oprimido com tantas, etaõ crueis violencias effa Congregação q' nella tem adeesperação acumulado hũ numero de loucos excessivam.<sup>te</sup> major, que odetodos os que se achaõ em todas as Ordens... quero significar-vos o seguinte (resumo, para encurtar) Mando:

- 1.<sup>o</sup>—Que sejam restituídas as antigas Constituições;
- 2.<sup>o</sup>—Que se faça eleição do Geral, Definitorio, Prelados locais, Capitulos Privados e todos os outros officiaes;
- 3.<sup>o</sup>—Como se introduziram despoticamente nos lugares,... Que cessem estas escandalosas violencias sejaõ logo restituídos e restituídos todos os degradados e dadas satisfações e reconduzidos nos lugares;
- 4.<sup>o</sup>—Como não impossavam os eleitos (embora as eleições estivessem praticamente suprimidas) escolhidos sem que lhes fossem indicados, Mando que esses sejam metidos na posse dos seus respectivos lugares e se proceda a imediatas e prontas eleições para se compor o Governo da Congregação, tirando os vogais «mercenarios e intrusos»;
- 5.<sup>o</sup>—Para reparar religiosamente «os estragos que os dispotismos, eviolencias da pretendida Reforma tem feito nesta Congregação» e como muitos dos que entraram «tinhaõ por ordem epor empenho destrui-las» (as Constituições) devem escolher quem as conheça e respeite e excluir «atodos os que notoriamente constar que até agora pugnaraõ para sustentarem a pernicioza ficção da Reforma que nunca houve:...»

Mandou proceder a Capítulo Geral.

Num outro documento arquivado juntamente com esta Provisão, dizem-se coisas tremendas. E, tratada a questão religiosa, passam a referir-se às implicações do caso no domínio temporal. Assim...

—«que pelo que pertence ao temporal, não se contentou com as Contribuições dos Conventos para os gastar das vizitas (que não fez em o tempo do seu Governo) e mais despezas do officio, nem com os Espolios dos Religiosos, que faleceraõ; mas tem tirado de muitos Conventos quantias grandes, cuja applicação só se saberá quando der a sua conta.»

### III

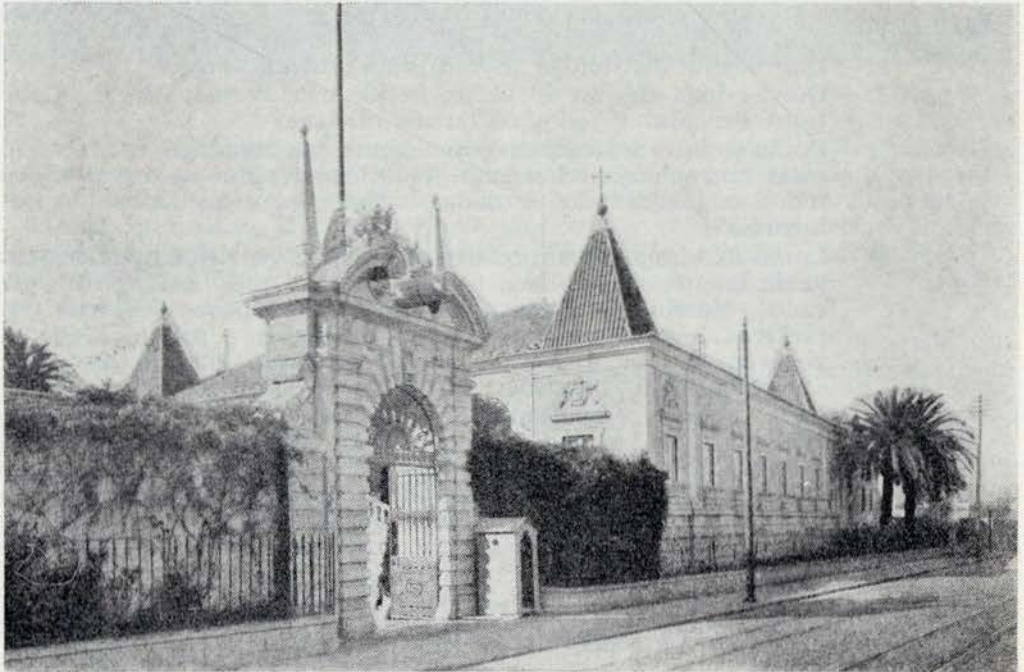
#### O PALÁCIO DE PALHAVÃ E O MESTRE DOS MENINOS

Mas voltemos a outra fase da sua vida...

O Padre Reformador — o nosso P.<sup>o</sup> Govea — ao abrigo de suas prerrogativas, instalou-se no pesado edifício filipino de S. Vicente de Fora. E dali irradiava a seu bel-prazer.

Porém um encadeamento de circunstâncias de novo o favoreceu, e por ordem de D. João V, que lhe cometera nova empresa, estabeleceu-se «règiamente» no airoso Palácio de Palhavã.

Este imóvel foi mandado edificar por D. Luís da Sylveira, 2.<sup>o</sup> Conde de Sarzedas, casado com D. Mariana de Lencastre e Sylva filha de João Gomes da Sylva, 3.<sup>o</sup> alcaide-mor da vila de Seia, imprimindo à construção «o cunho de manifesta sumptuosidade, encomen-



*Palácio de Palhavã*

*dando ao famoso escultor Bernini artísticas estátuas»* (Santos Farinha), Repare-se: o 1.<sup>o</sup> C. das Sarzedas, D. Rodrigo da Sylveira, Vice-Rei da Índia, fora casado com D. Maria Antónia filha de D. Miguel de Noronha — 4.<sup>o</sup> C. de Linhares; D. Brás Balthazar da Sylveira, em segundas núpcias casara com D. Maria Caetana de Távora, filha dos primeiros C. de Povolide — Tristão da Cunha e

Athayde e D. Archangela de Távora — Senhores de Castro Verde (Paços da Serra); o mesmo D. Luís da Sylveira reivindicou os morgados que Martim do Sem (ou Ocem), chanceler de D. João I, e sua mãe Branca Annes haviam vinculado na capela de S. Domingos de Santarém (e foram proprietários, em Vinhó, da Quinta que seguiu a linha de Francisco de Sousa), alegando que o Conde seu pai fora filho de D. Ana de Noronha f.<sup>a</sup> de D. Fernando da Sylveira.

Tudo isto foi para mostrar que o Palácio de Palhavã também interessa à vida histórica de Gouveia.

Segundo o P.<sup>o</sup> Carvalho da Costa, ficava numa Quinta da freguesia de S. Sebastião, onde também se situavam a do Duque de Aveiro (M. de Gouveia), a do Marquês de Távora e a do Duque de Cadaval — Quinta de que somente conserva um pequeno troço. «Consta — dizia Carvalho — de terras de pão, bons pomares e excellente fruta, com trez jardins o mayor com trez fontes de pedra de excellente fabrica que vieraõ de Italia [...] todos povoados de muytas arvores silvestres cõ largas ruas muy compridas...»

Referindo-se pròpriamente à habitação, afirma haver boas pinturas e preciosas alfaias, com um largo terreiro e «um soberbo portal de pedra mármore com as armas da illustre família dos Sylveira.» e D. Luís da Sylveira nele viveu, com seu filho e nora, mais uma senhora D. Catarina Rosa, e 22 criados, 5 escravos e o capelão (Rol dos Confessados — 1700), dispondo «duma série de bem proporcionados salões, de grande pé direito e uniformemente revestidos de damasco do mais intenso carmezim. No topo de cada salão um pesado docel de velludo tomava a parede e era acompanhado à direita e à esquerda por longas filas de alterosas cadeiras forradas do mesmo estofa.» (Beckford — 1787).

Em 1747, o Palácio passou aos Marquesses do Lourical, sobrinhos da 4.<sup>a</sup> C.<sup>a</sup> Sarzedas; daí foi aos Condes de Lumiares, que removeram para o seu palácio do Passeio Público algumas estátuas e vasos, acabando por vendê-lo (1861) aos Condes de Azambuja (Castilho — «Lisboa Antiga», VII-99). Mais tarde e por motivo de partilhas, foi posto em venda, sendo adquirido, o seu todo, por cerca de cem contos, por Francisco Grandela, que logo o cedeu por 120 à Embaixada de Espanha, que ali se acha instalada desde 1919. O 3.<sup>o</sup> Conde de Azambuja foi filho da Infanta D. Ana de Jesus Maria (filha de D. João VI) e do 1.<sup>o</sup> Duque de Loulé.

«Aquele lindo palácio, apesar do seu ar prasenteiro de vila italiana, dos seus curochêus, da sua varanda em colunata, das suas escadarias, dos seus medalhões de mármore de Carrara, e dos seus frondosos jardins, parecia um túmulo a branquejar» (Castilho — *ob. cit.*, 103). Deve querer aludir aos estragos ali causados pela guerra entre miguelistas e liberais, sendo grande o seu estado de abandono à roda de 1860.

Foi Paço Real durante a doença que vitimou a rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia e, por arrendamento, nele residiram Fr. Gaspar da Encarnação (o Padre Govea) e seus pupilos, filhos ilegítimos de D. João V e que, por ali viverem, ficaram sempre conhecidos por «Meninos de Palhavã».



Não sobrecarregarei este artigo com mais documentos sobrejamente conhecidos: assentos de baptismo, instrumento pelo qual é declarada tal paternidade, etc.

D. João V, que não perdoou ao D. João de Mascarenhas, teve no mesmo capítulo uma vida desregrada, como era dos costumes do tempo e nos contam vários autores.

Talvez por «essa grandeza da sua alma», «nunca deixava de ir pela calada da noite a Olivelas, acompanhado do Confessor, do Médico, cocheiro, ferrador, e de um criado de quarto» (Merveilleux, citado por Ayres de Carvalho in «D. João V e a arte do seu tempo»). E ali se faziam touradas, bailes de máscaras, representações, outeiros e serenins, com a presença de El-Rei, dos Infantes e muitos fidalgos.

Foram três, os Meninos de Palhavã, e todos seguiram a carreira eclesiástica:

D. António (1714-1800), filho duma dama francesa cujo nome se ocultou;

D. Gaspar (1716-1789), filho de D. Madalena Máxima de Miranda, afilhado de D. Martinho, Marquês de Gouveia, ascendeu a Arcebispo de Braga, sendo tumulado na respectiva Sé;

D. José (1720-1801), filho de D. Paula Teresa da Silva (Madre Paula), foi Inquisidor-mor.

E infere-se, das respectivas posições, que viveram rodeados de grandezas. Mesmo na Declaração de Paternidade teve o cuidado de tal acautelar:

— «*Encomendo ao Principe (o futuro rei D. José) lhes de aquelle Est.º (estado) q mais for conveniente as suas pessoas, como Irmaões seus; eu sempre quiz que fossem encaminhados p.º o de Ecclesiasticos, e espero que o Principe os favoreça e ajude de sorte, q tendo a abundancia competente não necessitem de outra protecção mais que a sua.*» (Ayres de Carvalho — *ob. cit.* e T. T. Misc. ms. 1103).

E tiveram de facto uma vida faustosa. No Palácio de Palhavã habitaram, dali saindo D. Gaspar como Arcebispo e Senhor de Braga em 20 de Setembro de 1759, quase seis anos depois da morte do «P.º Govea» que havia sido levado para o mosteiro de S. Vicente.



D. Gaspar lá ficou em Braga, com túmulo na velha Sé; D. António e D. José juntaram-se ao coração de seu Pai e ao velho Mestre, ficando na capela da Senhora da Encarnação, num ângulo do claustro daquele convento, onde ainda hoje se encontram. Os túmulos destas Altezas são singelos e «frios». Mandou-lhos fazer seu sobrinho D. João VI, quanto Príncipe Regente. Mais «comunicativa» é a sua berlinda conservada no Museu Nacional dos Coches.



*Túmulo de D. António de Bragança*

«Meninos de Palhavã» é uma legenda que ficou, para lembrar e contar. Não sei se com algum a-propósito, na minha ideia estou a juntá-la às contas deste rosário: Nau Catrineta, Lendas da Índia, Romeiro, Freira de Beja, Amor de Perdição...

Talvez ainda agora recebam visitas, esses «moradores» da sóbria e penumbrosa capela do claustro de São Vicente.

#### IV

#### O PADRE REFORMADOR NO GOVERNO DO REINO

Fr. Gaspar da Encarnação podia dispor, na Corte, de uma grande influência, sem todavia se intrometer na governação do Estado. Mas

não foi assim. O clero teve sempre tendência para dominar o temporal, misturando com o reino de Deus o reino de César.

O nosso «Padre Govea» partilhou o Governo com outros conhecidos nomes da sua simpatia, alcançando maior predomínio depois da morte do Cardeal da Mota. E enquanto viveu D. João V, torpedearam insistentemente a acção de políticos ilustres e esclarecidos como D. Luís da Cunha e Alexandre de Gusmão. Os problemas graves, que nos envolviam, eram solucionados com bênçãos pedidas a Roma e com a supressão, nas «folhinhas», de alusões a desgraças e a maus presságios.

Sim, em Política, agrada-se a uns e desagradava-se a outros. Terá de ser assim, mas há que preservar os altos princípios da Moral e da Justiça, para não comprometer ou arrastar o prestígio do Estado.

Referindo-se a essa fase em que D. João V, já não podia olhar pelos negócios públicos, Gramosa escreveu, apontando os corifeus e seus validos que, à vontade pontificavam:

— «Ficou este (o Governo do Reino) confiado ao arbitrio do P.<sup>e</sup> Fr. Gaspar da Encarnação Moscozo Religioso do Varatojo; a Pedro da Mota e Silva secretario de estado das merces, e a seu irmão e cardeal Mota.

Nenhum deles, em verdade, tinha talentos, nem fundos scientificos para bem governar.»

Acrescenta que às suas poucas luzes e ambição se devia:

— «... huma continuada, e monstuoza série de dezordens pelas injustiças, que se praticavão, [...] por desgraça, aqueles miseraveis arbitros da vontade d'El Rei cheios de huma terrível hipochrisia, de um pasmôzo fanatismo, e de huma ignorancia invencivel desprezavão todas as luminosas idéas, que ele (Alex. de Gusmão) propunha fazendo somente válidas as suas groseiras decizoens.»

E, três páginas adiante, torna-se ainda mais incisivo:

— «Em todo o espaço de tempo, que decorreo desde o principio da molestia de El Rei athé ao seu falecimento Governou despoticamente o Reino Fr. Gaspar da Encarnação.

Subião à real prezença consultas dos Tribunais; requerimentos de partes resolvidas, e com os diplomas assignados pela Real mão; mas tudo isto encalhava em poder de Fr. Gaspar...»

Temos de concordar que estas palavras acertam com as da Provisão de D. José, ao acusar o mesmo personagem de nos 29 anos em que esteve como Reformador, nem uma linha escrever para a requerida Reforma.

E com estas, de Pinheiro Chagas: — «*Foi este homem completamente leigo em negócios políticos, o que D. João V entendeu que devia colocar à testa da administração portuguesa.*»



A livre crítica não era permitida por tais Ministros, como bem se compreende.

A «Gazeta de Lisboa», já por sua feição, já por sua reduzida tiragem, não se aventurava em tal campo, nem exerceria influência por aí além. A sátira manuscrita é que, como bicha-de-rabiar, entrava em toda a parte, umas vezes com a graça da irreverência e da malícia, outras vezes já um tanto agressiva e contundente. E ainda hoje tais espirituosas criações ajudam a formar, desses tempos, um juízo mais claro e perfeito. Talvez por isso, como elementos históricos de controle, foram conservadas nos Arquivos.

Aqui vai uma, da Coleção de Monterroyo:

«Ja Se naò cantaò cheganças  
que naò quer o nosso Rey,  
porque lhe diz Frey Gaspar,  
queheCouzacontra aLey,

Estrilho

Meninas bonittas,  
Mossas Com fittas,  
Casquilhos, e Abbades,  
Freyras, e Frades,  
choray, choray, choray  
Acabouse, ja Lá vay:»

Parece inocente e ensossa, mas talvez o não seja quanto inculca. Agora estoutra, citada por Alberto Pimentel:

«Quem destruir-nos ideia? — GOUVEIA  
Quem merece a inquisição? — GUSMÃO  
Quem o deve acompanhar? — GASPAS

Pois, meu rei, acautelar!  
Olho aberto, e vêde bem,  
Que no reino não convém  
Gouveia, Gusmão, Gaspar.»

Gouveia é o nosso Marquês, como Gaspar é o *Padre Govea*; mas não percebo que Gusmão, a ser Alexandre de Gusmão, possa ficar desta forma emparceirado. Mas adiante...

No «Anuario da Corte Portuguesa», para 1895, faz-se referência a este mesmo tema, destacando uma personificação dos Pecados

Mortais, Virtudes Contrárias e Novíssimos do Homem. A dos Pecados vem posta assim, incluindo os nossos dois fidalgos:

«OS PECADOS CAPITAIS SAO SETE

Soberba — DO MARQUEZ DE GOUVÊA  
Avareza — Do Conde das Galvêas  
Luxúria — Do Marquez de Marialva  
Ira — Do Marquez de Tavora  
Gula — DO PADRE REFORMADOR  
Inveja — Do Monteiro-mor  
Preguiça — Do Marquez de Abrantes»



*Fr. Gaspar, o Padre Reformador*

Pelas referências aqui aproveitadas, chega-se a esta conclusão:  
Ao Padre Reformador (Fr. Gaspar da Encarnação, ou o Padre Govea no dizer de Merveilleux), para o desempenho do cargo de Primeiro-Ministro, bastou-lhe a sua categoria de poderoso fidalgo.

No entanto, *sente-se* que tal mérito já era inferior às exigências da época. O Padre estava na verdade ultrapassado, por incapaz de compreender e aceitar o renovador e dinâmico surto de enciclopedismo que agitava os proeminentes centros europeus. O exclusivismo em benefício da Nobreza ia declinar.

Todavia, ela ainda considerava agravo aos seus direitos a entrada de Pombal para o Governo e a demissão do P.<sup>e</sup> Govea...

## V

### EXÉQUIAS... REAIS

Como é compreensível, o Padre Govea viveu e morreu naquela grandeza conforme ao seu estado e categoria e, ao que parece, indiferente às sátiras dos críticos espirituosos, ao desgosto dos puros varatojanos e ao desamor da plebe miseranda. Passava insensível por cima de quanto fosse alheio à sua quase onnipotência.

No entanto havia homens de alto valor conservados à margem ou exilados, e, a breve trecho, outros se demoravam pelas masmorras ou iam parar ao patíbulo. E assim, igualmente é compreensível quanto a vida é «pródiga» em fabricar soluções variadas, consoante os casos e as pessoas. Outros dirão que os indivíduos não sabem adaptar-se às circunstâncias. Pois é: há muitos modos de viver e de morrer. Se não, vejamos como foi tratado na morte o nosso Padre Gaspar Moscoso, da Casa de Gouveia.

Não posso dar aqui, na íntegra, o códice onde escreveram tal relato (T. T. Ms. da L.<sup>a</sup> 409) e titularam de:

RELAÇÃO FUNEBRE DA MORTE E SEPULTURA  
DO R.<sup>MO</sup> P. FR. GASPAR DA ENCARNAÇÃO  
RELIG.<sup>O</sup> DE S. FRANCISCO DO SEMINÁRIO  
DE VARATOJO E REFORMADOR QUE FOY  
DA CONGREGAÇÃO' DES.<sup>TA</sup> CRUZ.  
E DAS EXÉQUIAS QUE O REAL  
MOSTEIRO DE SAO' VICENTE LHE CONSAGROU  
A 26 DE 9B.<sup>RO</sup> DE 1753.

Por isso, irei resumindo o que se apure da leitura e me pareça suficiente para dar uma vaga ideia, sem maçar o leitor.

O documento começa pelo elogio da zelosa diligência, prudência e virtude postas na «*grande obra*» do Padre Reformador. Seguidamente entra no relato...

— Faleceu das 5 para as 6 da tarde do dia 25 de Novembro de 1752, esse «*exemplar da religião e piedade*». E logo El-Rei ordenou que

não houvesse o divertimento da Ópera. Foi levado do Palácio de Palhavã para a igreja de S. Vicente, onde a capela-mor e o cruzeiro se revestiram de «lúgubres armações».

Durante oito dias se disseram missas, sendo as dos últimos três por ordem e devoção dos «*Sereníssimos Senhores de Palhavã*», os seus dilectos discípulos. Foi sepultado — já o relembrei — na aconchegada capela da Senhora da Encarnação, junto do coração de D. João V, para onde também foram dois dos seus *Meninos*: D. António e D. José de Bragança.

Porém, na passagem do aniversário é que se realizaram pomposas e solenes exéquias. O templo foi armado com a maior grandeza, sobressaindo os veludos e as sedas. De baeta preta, applicaram-se 8000 côvados, vendo-se pintados, de três em três palmos, caveiras e ossos.



*Mosteiro de S. Vicente  
visto do Miradouro de S.ª Luzia*

A armação era rematada por uma tarja guarnecida de ouro, com 43 palmos de comprimento. Muito numerosos, os letreiros alusivos ao acto.

No meio do cruzeiro se levantou um mausoléu, obra de arquitectura «com a circunferência dos quatro lados medindo 260 palmos». Mais tarjas douradas e mais letreiros.

Nos pedestais, erguiam-se quatro figuras com 8 palmos, segurando letreiros; quatro anjos de 3 palmos e mais letreiros. Sobre

os pedestais, numas grandes pirâmides com a altura de 38 palmos, assentaria uma grande e majestosa urna com 12 palmos de largura e 20 de altura, em cima da qual um anjo de 10 palmos mostrava o retrato do Reformador.

Na cimalha da urna, quatro anjos de 6 palmos ostentavam outros letreiros. A urna era «sustentada no ar» por quatro figuras de 9 palmos assentes em pilares de 3 palmos, revestida de veludos pretos com galão de ouro. E havia mais letreiros.

Ladeado por quatro tocheiros de prata, o mausoléu era alumiado por 76 luzes, fora as das capelas. No interior da igreja também havia tarjas por cima das portas e dos arcos; mas os panos, com letreiros, vinham mesmo para o exterior do templo. E em alguns se aludia «*a q'. agora depois da morte do R.<sup>mo</sup> he que todos vniversalm.<sup>te</sup> chorao' afalta q'. fas no mundo, e louvao', e conhecem melhor as suas grandes virtudes.*»

Mais se regista, na Relação Fúnebre que estou seguindo, a presença dos Condes de Santa Cruz e Marqueses de Gouveia. Permaneceram em S. Vicente durante cinco horas, assistindo às exéquias e ouvindo o sermão.

A afluência de público foi grande, pelo que as portas estiveram guardadas por soldados.

Na «Relação» segue-se o relato das exéquias feitas no mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra. Tiveram o mesmo fausto das consagradas a D. João V, sendo a sua descrição feita e assinada pelo P.<sup>e</sup> Ignacio de N. Snr.<sup>a</sup> da Boamorte.

Basta saber-se que foram assim faustosas — como as de um rei! — para se fazer a seu respeito uma ideia favorável. Repetir a lengalenga do mausoléu, dos panos e dos tocheiros, seria fastidioso e pior que estar cinco horas em S. Vicente, como por obrigação lá tiveram de permanecer os Marqueses de Gouveia.

Embora propositadamente me servisse bastas vezes dos próprios termos usados na «Relação», aquilo tudo, não obstante a ideia de grandeza, pareceu-me um bocado confuso. Também, ao pensar-se que os mosteiros de S. Vicente (Lisboa) e de Santa Cruz (Coimbra) pertenciam à mesma Ordem que o «Padre Govea», durante 29 anos, teve o encargo de reformar, será caso para perguntar, admitindo que agiram com plena liberdade:

— Tais honras e pompas foram-lhe dispensadas por ele ter reformado ou não ter reformado a Ordem?

Os documentos publicados podem e devem ser postos em causa?

Perante a evidente contradição, haveria muito que discorrer. Sigamos o nosso caminho...

## D. GASPAR DE BRAGANÇA A CAMINHO DE BRAGA

Os Meninos de Palhavã, porque se intromettessem ou parecesse que se intrometiam nos Negócios do Estado, foram deportados para o Buçaco, pensando-se mais tarde em os internar no Convento de Santa Cruz (Coimbra), para o que chegou a ordenar-se ao Superior lhes preparasse aposentos condignos.

Mas nada é eterno na efemeridade da nossa existência. Isso também passou. E Suas Altezas gozaram de «*aquelle Est.º q mais for conveniente a suas pessoas*» em que «*tendo a abundancia competente não necessitem de outra protecção mais que a sua*». Assim pedira D. João V ao príncipe D. José, seu filho e herdeiro. E esse estado e abundância receberam de seu irmão.

Para reconhecermos que assim foi, vou dar uns trechos de descrição da viagem e entrada em Braga do Infante D. Gaspar, afilhado de D. Martinho Marquês de Gouveia, quando para aquela cidade foi como Senhor e Arcebispo.

Lê-se na «Gazeta de Lisboa» n.º 41, de Quinta-feira, 11 de Outubro de 1759:

*«O Serenissimo Senhor Dom Gaspar, Arcebispo Primaz de Braga, partiu do feu Palacio de Palhavan para a sua Curia no dia 20 do mez de Setembro, com huma magnifica, e numeroza comitiva, e equipajem, e prenoytou no mesmo dia no fitio de Santo Antonio do Tojal. No Sabbado 22 jantou no Gayo, e foy dormir em Santarem, e a 23 efteve na Villa da Gollegan, donde devia paffar á de Torres novas; na qual fe tinhaõ já feito todas as despoziçoens, que o Mordomo de Sua Alteza Serenissima tinha ordenado.»*

Depois, em correspondência de Santarém, de 28 de Setembro, publicada no n.º 46, de Quinta-feira, 15 de Novembro de 1759, contam:

*«No Sabado 22 do corrente, chegou a efta Villa o Serenissimo Senhor Arcebispo, e Senhor de Braga. Efperavam a Sua Alteza à entrada da Villa os Vereadores della em Corpo de Camara, e depois de o cortejarem, e lhe beijarem a mão, montaram a cavallo, e o conduziram ao apoufento, que lhe tinham preparado nobremente. Ali o eftavam efperando a Nobreza, os Prelados Seculares, e Regulares, e dandolhes S. A. a mão a beijar. Subiu, e entrou na primeira, fegunda, e terceira fala, na Caza do doffel,*



na Camara, e Capella, e chegou a huma varanda, onde se mostrou muy fatisfeito de ver o grande numero de Povo, que se ajuntou naquelle sitio para o ver. Toda a Ordenança, e os Auxiliares da Comarca, que com o seu Mestre de Campo Manuel Carlos de Miranda o estiveram esperando à entrada, se vierão formar de frente do dito apoufento; e depois de o salvarem com tres descargas das suas Armas, lhe meteram de guarda duas Companhias, huma de Auxiliares, outra de Ordenanças. Iluminaram-se as cazas de toda a Villa. Todos os finos das Igrejas, e Conventos das Villas, por insensíveis aturáraõ a força dos repiques. Tocaram-se harmoniozamente clarins e atabales. De noyte fizeram os engenhos Poéticos da Academia Scalabitana hum outeiro; em que se destinguira muyto Feliz da Silva Freire o mais agudo, e celebre Poeta do nosso seculo. No Domingo pela manha ouviu S. A. missa na Capella da mesma caza. Jantou, deu beijamaõ, e de tarde continuou a sua viagem, acompanhado da Camara, de todos os Ministros, e de muitos Prelados, e peffoas particulares até certa distancia. A sua comitiva consistia em hum grande coche de estado, 17 fezes, 20 carros pequenos com a bagaje, e muitas azemolas de carga.»

E ainda na «Gaz. de Lx.<sup>a</sup>» n.º 47, de Quinta-feira, 22 de Novembro de 1759 vem em correspondência de Torres Novas, de 26 de Setembro:

«Sua Alteza o Serenissimo Senhor Arcebispo Primaz, e Senhor de Braga, que havia prenoytado Sábado na Villa de Santarem, fahiu della acompanhado do Senado da Camara, e Nobreza até distancia de huma legua, em que principia o da Villa da Gollegan, onde o Capitaõ da Ordenança o esperava com a sua Companhia, e com as dos Lugares da Azinhaga, Pombal, e Vaqueiros, formada em duas alas, que salvaraõ a Sua Alteza com tres descargas das suas Armas. Á entrada da Villa se achavaõ os Ministros da Camara sentados em cadeiras, e com Cavalos à dextra para montarem. Hum dos Vereadores lhe offereceu as chaves da Villa, fazendolhe huma fala discreta, e bem concertada, a que Sua Alteza respondeu com muyto agrado. Chegou acompanhado da Camara, e Nobreza até defrente da Igreja, onde parou no seu Paquebõte, e nelle ficou assistido de muytos Cleros, e Nobreza, e de hum fogeito natural da Chamusca fãmamete gracioso, e affim se entreteve até q'. a sua Familia, q'. por sua ordẽ se tinha apeado, acabou de jantar.

Continuou pelas quatro horas a sua jornada, mandando lancar dinheiro aos pobres; e a Camara, e Nobreza da Gollegan o acompanharam até ao termo desta Villa; onde o esperavam a Camara, e Nobreza, que tiveram a honra de lhe beyjarem a mam, e montando a cavallo o acompanharam até o lugar de Payo alvo,

*onde se apoufentou nas cazas da viuva do Capitam Auguftinho Coelho, onde paffou a noyte. Na manhan feguinte partiu acompanhàdo da mefma Camara, e peffoas nobres que tinhaõ ficado no mefmo lugar, e querendo ir até o termo da Villa de Ourem, S. A. o não confentiu, e os defpediu muy agradavelmente. Sua Alteza hia em hum Paquebòte a feis Cavalos, feguido de hum coche de eftàdo de primoroza efructura, 11 caleffas com o feu Confeffor, e criados; 2 formozos Cavalos da peffoa, e outros muitos à maõ, 23 carros carregados, e outros muitos criados a Cavallo.»*

E também no n.º 49, de Quinta-feira, 6 de Dezembro de 1759, já em correspondência de Braga, de 8 de Novembro:

*«Sua Alteza o Sereniffimo Senhor Arcebispo Primaz chegou da Cidade do Porto a 2 do mez de Out. à Quint da Magida, pertenc.<sup>te</sup> a Jacinto de Magalhaães de Menezes, Alcayde mòr de Abrantes, e ali paffou a noyte. A 3 partiu com huma obfequioza cometiva compofta do Abade geral da ordem de Sam Bento, de muytos Fidalgos, e Religiozos, e chegou aos arrabaldes desta Cidade a huma Quinta, que nelles poffue hum Fidalgo, cham.<sup>do</sup> Eftevam Falcaõ Gota, onde se alojou com toda a fua Familia, atè 28 do proprio mez; dando tempo para se acabar de compôr o Palacio Archi-Epifcopal, que se reformou muyto e se acha taõ ricamente adornàdo, que bem mostra fer Palacio de Principe.»*

Nesse dia — o tempo melhorou e pôde fazer a sua entrada nesta Cidade — *«O que se fez com tanto esplendor, e magnificencia, como nunca se viu em algum outro dos feus predeceffores; affim pela riqueza dos coches, e mais equipagem.»*

## VII

### TRIUNFAL ENTRADA NA «SÉ PRIMAZ DAS HESPANHAS»

Estou em acreditar, chegadas as coisas a esta altura, haver algum leitor desejoso de saber como se fez a entrada solene na velha Sé Primaz das Hespanhas. Perdôe-se-me a presunção, por eu próprio ser capaz duma tal curiosidade.

Evidentemente, um personagem de tal jaez não dispensava as honras e as grandezas a que tinha direito e os povos se sentiam obrigados. Só é de estranhar que tivesse de permanecer na tal

Quinta dos arredores, à espera da ultimação das obras no Palácio Arquiepiscopal, e mais provavelmente para se inteirar e ordenar a magnificência exigida ao seu alto Estado.

Para esta parte final, como apoteose da grande peça teatral a representar-se desde a partida do Palácio de Palhavã, vou servir-me agora, não da «Gazeta de Lisboa» mas dum documento da Torre do Tombo (Misc. Ms. n.º 1100) que descreve a cerimónia com mais interesse e originalidade. Com mais ou menos esforço e sorte, os velhos papéis vão aparecendo, conseguindo reviver ou ilustrar acontecimentos que, no passado, tiveram seu fulgor e chamam a nossa atenção por se prenderem às nossas terras e gentes. Não seria o acontecimento, em si, capaz de levar-me a despender tempo e a ocupar o espaço que tão generosamente aqui me dispensam...

Mas devem lembrar-se: ao Palácio de Palhavã apareceu ligado o alcaide-mor de Seia; o Arcebispo D. Gaspar de Bragança foi afilhado do D. Martinho de Mascarenhas; seu Mestre e Director teve o nome de Gaspar Moscoso e Silva, o «Padre Govea» irmão do Marquês.

E agora, vamos então recorrer ao elucidativo manuscrito, há tantos anos em sossego e recato.

*«No dia 28 domez de Outubro proximo pafsado (...) destinara p.<sup>a</sup> fazer aSua entrada publica ahoras do meyo dia Sahio daQuinta daMadre deDeos, onde Seachava om<sup>o</sup> Sr. vestido Com aCapa Magna e montado emhũa fermoza Mulla branca custozam.<sup>te</sup> ornada. Nesta formalid.<sup>e</sup> Caminhou athé oSitio chamado vulgarm.<sup>te</sup> doCampo das Hortas, levando diante deSi huã avultada vagagem Conduzida pelos Seus Criados, delibre q'. Só estes faziao onr.<sup>o</sup> de 58. Depois desta Sinco Cavallos, adestra Contelizes primorom.<sup>te</sup> bordados deoiro, Seguioçe aNobreza daCid.<sup>e</sup> fora, q' emconcurço numeroso Sehavia juntado Nesta p.<sup>a</sup> inspecção' detao' especiozo acto.*

*Imediatam.<sup>te</sup> SeSeguiao' osMinistros daJustiça ComSeus respectivos off.<sup>acs</sup>, Logo o Tribunal da Relação' comtodos os Off.<sup>acs</sup> do Auditorio Ecclesiastico; Depois a Familia de S. A. Copioza em Numero, admiravel notracto, eLuzim.<sup>to</sup>; Logo aReal Pefsoa do d.<sup>o</sup> Snr. entre quatro Reverendos Capitulares, q'. haviaò Sido destinados p.<sup>a</sup> esta afistença precedendo oSeu Cap.<sup>am</sup> Cruciferrario, terminavace esta vistoza Commitiva Comoestado dom.<sup>o</sup> Snr. q'. Secompunha dequatro Coches emq'. oluxo, agrandeza eamagestade Seachavaò (...); ... duas Companhias deSoldados deCavallos daPraça dechaves, Commandados pelo Seu Cap.<sup>am</sup> Balthazar Ferr.<sup>a</sup> destincto, eLuzido Militar.*

*Chegado q'. foi o d.<sup>o</sup> Snr. aoCampo das Hortas caminhando desde apredicta Quinta atheaqui porentre duaz alas deSoldados daOrdenança desta Cid.<sup>e</sup> ceSentar' e aonde Seachava taò bem*

formado oCorpo Militar dehum Batalhaò. deInfantaria daPraça de Vianna commandada pelo Seu Coronel Sebastiaó Pinto Aubi, lheiroferceu Logo oVeriador Mais velho doSenado daCamara, q'. taò bem aqui Seachava, 100 passos abaixo doTabernaculo, emhũa Salva as chaves daCid.º offerecendolhe Comelas osCoracoens detodos osSeus felices subditos.

Logo em pouca distancia estava formado hum Tabernaculo deCento, evinte palmos deComprido, quarentade Largo etrinta e quatro dealto; era todo espaldado athe aCima, eoutros Lados Sustentavaò. toda aCircumferença doze Columnas, que Sustentavaò hum Cornijam.<sup>to</sup> fazendo nofrontespicio Sete portadas, adomeyo Seruia deentrada p.<sup>a</sup> odito tabernaculo p.<sup>a</sup> o qual Se subia por quatro degraus rematando emCima desta hũa impena deponto aguda, q'. sustentava hum padrastal comscores Archipiescopal, enofrontespicio asReaes Armas Portuguezas. Sobre o cornijam.<sup>to</sup> adireita deCada Columna rematava hũa piramide, q'. porfingim.<sup>to</sup> da arte mostrava hum vistozo vaso deverdes egraciazas flores.»

Como a transcrição nos demoraria, deste passo em diante contentar-nos-emos com um resumo em que darei o principal, fazendo uso das próprias expressões contidas no original.

— O tal majestoso tabernáculo era guarnecido de Damasco encarnado com sanefas de ouro. Coisa mui digna de ver-se.

Naquele ponto se organizou a imponente procissão que levou até à Sé o novo Arcebispo. Formaram todas as confrarias, as diversas irmandades, as comuindades pertencentes às várias Ordens religiosas, em peso o Clero da cidade, o Tribunal da Relação, a Cruz da Cathedral, os cantores, os músicos e a mole imensa de povo.

Sua Alteza montou num famoso e vistoso cavalo branco apparelhado a preceito, e o préstito foi seguindo até à Porta Nova, toda enfeitada a rico matiz. Ali, em vistoso tablado, era esperado pelos Senadores da Câmara. Pegaram nas oito varas do Pálio, sob o qual e a cavalo o realengo Arcebispo lançava bênçãos à esquerda e à direita.

Chegaram. Na Sé, as cerimónias foram decorrendo embaladas por ondas de música, cânticos e luzes. O fogo do ar era mais que muito e «representava aovivo hum inçendido vezuvio».

O Deão de Tui e o Arcipreste de Guimarães muito se distinguiram em recitações de obras de delicado engenho. Aquilo era «hũa admiravel aCademia».

Agora, façamos nós como os dos povos distantes que, não sabendo onde repousar, foram deixando a festa e seguiram por montes e vales. A grandeza é cansativa.

D. Gaspar em tudo havia de mostrar-se como quem era. Entendeu dever assinalar a sua presença com uma distribuição de donativos pelas instituições religiosas. O rol das beneficiadas, pela sua extensão, impossibilita o traslado. Bastará dizer que as verbas formam um total de três contos seiscentos setenta e oito mil quatrocentos e cinquenta réis.



#### FICHA BIBLIOGRÁFICA

- D. João V e a arte do seu tempo*—Ayres de Carvalho.
- Memoires Instructives*—Merveilleux (citado por A. Carvalho).
- Historia do Convento e Seminario do Varatojo*—Fr. M.<sup>o</sup> de M.<sup>a</sup> Santissima.
- Ms. V. 237-756-945—Biblioteca da Acad. das Ciências.
- Miscelânea*, Ms. 1070 (fl. 177)—Arquivo N. da T. do Tombo.
- O Palácio de Palhavan*—Santos Farinha.
- Chorografia*—P.<sup>o</sup> Ant.<sup>o</sup> Carvalho da Costa.
- Rol dos confessados da freg. de S. Sebastião* (1700).
- Historia do Pal. Nac. de Queluz* (II-9)—A. Caldeira Pires.
- Lisboa Antiga* (VII-99 e 103)—Júlio de Castilho.
- As amantes de D. João V*—Alberto Pimentel.
- Miscelâneas*, Ms. 1140 (33) e 1100 (1)—Arquivo N. T. Tombo.
- Sucessos de Portugal* (7 e 10)—Pedro Ferraz Gramoza.
- História de Portugal* (vol. VII)—Pinheiro Chagas.
- «Pombalina» 131 (95)—Bibl.<sup>a</sup> Nac. Reservados.
- Anuário da Corte Portuguesa para 1895*.
- Ms. da Livraria n.<sup>o</sup> 409—Arq. Nac. da Torre do Tombo.

# Algumas Notas sobre os Órgãos da Igreja de São Roque

Por LUÍS A. ESTEVES PEREIRA

A igreja de S. Roque, conhecida pelo seu valiosíssimo Museu de Arte Sacra, é uma das igrejas de Lisboa com maior historial relacionado com os seus órgãos. Circunstâncias várias, trouxeram ao nosso conhecimento diversos documentos que com tal assunto se relacionam. Porque tal conhecimento pode vir a ser de interesse para quem, um dia, se venha a dedicar a um estudo mais profundo sobre o assunto, decidimos trazer a lume algumas notas sobre o assunto.

Em 1784, o grande organeiro que foi António Xavier Machado e Cerveira, construiu um órgão destinado à capela do convento de S. Pedro d'Alcântara, instrumento que lá se manteve até 1844.

Na igreja de S. Roque já existia um órgão de cuja construção desconhecemos a data e características.

Em 1844, o órgão existente em S. Roque foi vendido para a Capela do Hospital de S. José, ao que parece pela quantia de trezentos mil réis, acrescendo a soma de cem mil réis pagos pelo trabalho de o desmontar de S. Roque e instalá-lo, novamente, na Capela do Hospital de S. José.

Possivelmente, o mesmo organeiro, teria sido incumbido de transferir o órgão de Cerveira, do Recolhimento de S. Pedro d'Alcântara para a igreja de S. Roque. Não nos foi possível averiguar, até esta data, o custo do trabalho e sua data exacta.

Mais cinquenta anos se passaram e, em 1893, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia decidiu mandar executar obras na igreja de S. Roque, obras essas que duraram desde 12 de Outubro de 93 a 18 de Junho de 94.

Vejam, agora o que nos diz o condutor de Obras Públicas e de Minas António César Mêna Júnior, na «Memória justificativa e descritiva das obras executadas na igreja de S. Roque de Lisboa», memória essa publicada na Typographia da Lotaria da Santa Casa da Misericórdia em 1894.

a pág. 5 — «... porque a capella estava obstruída com o folle do órgão *irreverentemente e selvaticamente collocados n'aquelle sitio...*

Resolveu logo S. Ex.<sup>cia</sup> (o Provedor) que um tal desacato não subsistisse por mais tempo; que a capella fosse desobstruída e devidamente restaurada; e que o órgão fosse retirado do cruzeiro e transferido para o coro principal; restituindo-se, portanto, a igreja à sua primitiva traça, tão vandàlicamente alterada em 1844! Foi n'aquelle anno quando transferiram o órgão da igreja de S. Pedro de Alcântara para a de S. Roque que se praticou o vandalismo de obstruir com o folle a capella de Nossa Senhora do Desterro e com o órgão e respectivo coro, a parte do cruzeiro que lhe fica junto.»

a pág. 11 Capítulo IV

### O Órgão

«O órgão foi todo desarmado; uma grande parte da canudagem foi substituída e outra acrescentada; as peças de transmissão de movimento foram umas concertadas, outras substituídas; o folle foi desmanchado, armado de novo e collocado sob o órgão; o teclado foi forrado de marfim; toda a canudagem foi afinada de novo; a caixa do órgão foi ampliada e toda feita de novo, bem como o seu esqueleto, suportes, pandeiros, etc.

A douradura e pintura foram restauradas.

O órgão é de António Xavier Machado e Cerveira, tem a data de 1784 e possui 1694 tubos.

O folle funciona debaixo do órgão em recinto vedado por uma grelhagem de madeira...»

E o órgão de S. Roque foi decaindo, acusando os efeitos do tempo e da incúria dos homens.

Em Março de 1936, a Provedoria da Santa Casa da Misericórdia, chamou os organeiros de Lisboa João Sampaio & Filhos, Lda. para orçar a reparação do instrumento. O orçamento apresentado e que

incluía, também, a instalação de uma turbina eléctrica para alimentar o fole, foi de Esc. 15.500\$00. O trabalho não foi adjudicado.

Quase um ano depois, a Provedoria abre concurso público para a execução do mesmo trabalho, com uma base de licitação de Esc. 4.500\$00 (!).

Sòmente em Janeiro de 1940 foi dada ordem de execução do trabalho à firma João Sampaio & Filhos, Lda., com base no orçamento original de 15.500\$00. O trabalho a executar incluiu:

- a) Reparação dos tubos sonoros e sua harmonização e afinação.
- b) Reparação dos foles e tubagem.
- c) Reparação completa da mecânica e someiros.
- d) Fornecimento e instalação do ventilador com reostato e regulação automática do débito.
- e) Reparação do teclado, registos, pedais e acessórios, portas e fechaduras.
- f) O prazo para execução dos trabalhos seria de 6 a 8 meses.

Todo o trabalho foi executado, tendo havido um atraso de 2 meses devido à falta do ventilador que chegou de Itália com atraso, já devido às dificuldades criadas pela guerra.

Antes dos trabalhos de restauro que foram ordenados em 1940, o órgão de Machado e Cerveira, já alterado em 1894, tinha 1694 tubos, com a seguinte disposição:

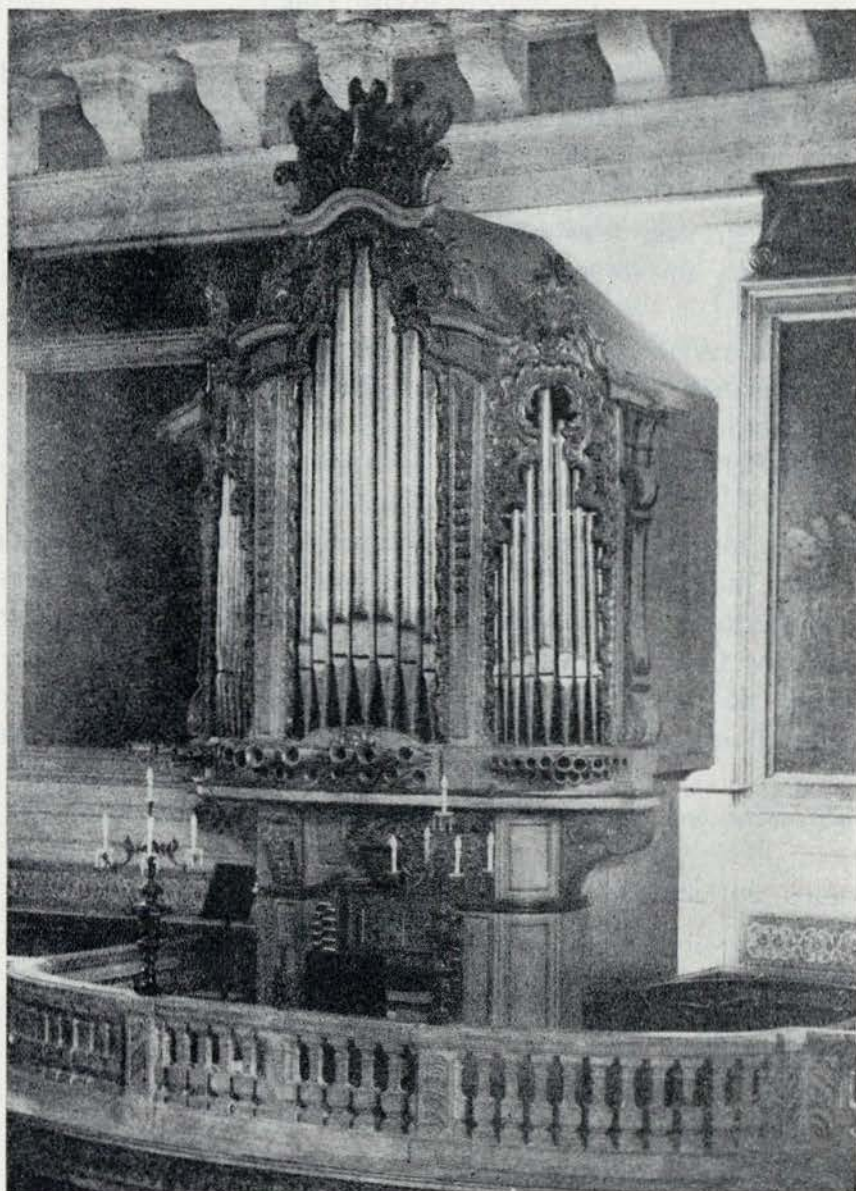
*Registos da mão esquerda*

Trompa batalha  
?  
Fagote  
Corneta  
Sobresimbala  
Simbala  
Vintedozena  
Dezanovena  
Dozena  
Quinzena  
Trompa Real  
Flautado 6 aberto  
Flautado 6 tapado

*Registos da mão direita*

Clarim  
Clarinete Ecos  
Trompa magna  
Corneta Ecos  
Corneta Real  
Flautado 12 aberto (Ecos)  
Vintedozena  
Quinzena  
Dezanovena  
Oitava Real  
Resimbala  
Voz humana  
Flauta travessa





*O órgão da Igreja de S. Roque (foto tirada em 1940)*

Flautado 12 aberto  
Flautado violão

Flautado 12 aberto  
Flautado de 24  
Grand Jeu }<sup>(1)</sup>  
Aviso Fole }

O órgão foi inaugurado em 3 de Outubro de 1940, depois do restauro, pelo organista Mário de Sousa Santos, organista titular, ao tempo, da Igreja do Corpo Santo. O programa do concerto foi:

- |                              |                            |
|------------------------------|----------------------------|
| 1 — Sei gegrüset, Jesu gütig | — <i>J. S. Bach</i>        |
| 2 — Fantasia em sol maior    | — <i>Charles M. Pollet</i> |
| 3 — Largo                    | — <i>F. Haendel</i>        |
| 4 — Tema variado             | — <i>F. Haendel</i>        |
| 5 — Offertoire               | — <i>René Blin</i>         |
| 6 — Pastorale                | — <i>Georges Jacob</i>     |
| 7 — Marcha religiosa         | — <i>Spontini</i>          |

Como a turbina eléctrica chegou com atraso, este concerto foi dado com o fole manual. Em 17 de Novembro seguinte, houve festa em honra do Padre António Vieira em que cantou o coro do Seminário Patriarcal dos Olivais, sob a regência do Padre Pascal Piriou.

Depois dos trabalhos de restauro a que nos vimos referindo, o órgão de S. Roque ficou com 1670 tubos, com a seguinte disposição:

*Registos da mão esquerda*

Trompa de batalha  
Clarão  
Fagote  
Cheio 4 filas  
Cimbala 4 filas  
Recimbala 4 filas  
15.<sup>a</sup> e 19.<sup>a</sup>  
19.<sup>a</sup> e 22.<sup>a</sup>  
Dezanovena  
Quinzena  
Trompa Real

*Registos da mão direita*

Clarinete  
Corneta 4 filas Ecos  
Flauta de ponta Ecos  
Clarim  
Trompa maior  
Corneta 6 filas  
Cheio 5 filas  
Quinzena  
Cimbala  
Dozena  
Recimbala

(1) Escritos à mão sobre papel.

Oitava Real  
Bordão 4'  
Principal 8'  
Violão

Oitava Real  
Flauta travessa  
Principal 8'  
Principal 16'

Ao fim de 21 anos, o órgão de S. Roque não mais tinha sido reparado, tendo levado, somente uma ou duas afinações que, por feitas por mãos incompetentes, deixaram o instrumento pior do que estava.

Foi então que a Provedoria, ouvida a opinião de um súbdito alemão que, à data, exercia funções docentes no Conservatório Nacional de Música, decidiu a substituição do órgão de Machado e Cerveira por um órgão moderno. Assim, foi encomendado ao organeiro alemão Werner Bosch, de Kassel um instrumento novo, completamente estranho à tradição da organaria portuguesa. Do instrumento antigo, todo o material foi retirado para a sucata, com excepção dos tubos da fachada. O órgão actual foi inaugurado em Março de 1962, compõe-se de dois teclados e pedaleira, com um total de 1445 tubos. A sua disposição é a seguinte:

*Órgão principal (Hauptwerke)*

Gedackt 8'  
Principal 8'  
Trompete 8'  
Clairon 4'  
Octave 4'  
Quinte  $2\frac{2}{3}$ '  
Octave 2'  
Mixtur 4 f  
Zimbel 4 f

*Órgão expressivo (Oberwerke)*

Gemshorn 8'  
Singend Gedackt 8'  
Kr. Horn Reg. 8'  
Gedackt flute 4'  
Italian principal 4'  
Nachthorn 2'

Terz zimbel 4 f  
Tremolant

*Órgão do pedal*

Subbass 16'  
Octav bass 8'  
Gedackt 8'  
Flötbass 4'

*Fontes:*

- Arquivo da Santa Casa da Misericórdia
- Organaria Portuguesa — do autor (em preparação)
- Arquivo da firma João Sampaio & Filhos, Lda.



## Duas grandes figuras lisboetas

Ricardo Severo

e

Silvestre Pinheiro Ferreira

*Síntese da conferência, proferida em 18 de Dezembro, pelo vice-presidente da Junta Directiva, Eng.º Júlio Eduardo dos Santos.*

**L**EMBRANDO as palavras iniciais da sua conferência de 24 de Abril, disse o orador que, tanto pelo significado do preito ao mérito e acção de Lisboaetas ilustres — grato cumprimento de um dever —, como pelo valor das lições que se colhem, a comemoração de datas centenárias, que lhes respeitem, tem sido, com particular perseverança, considerada pelos «Amigos de Lisboa». No ano em curso contaram-se algumas dessas homenagens de especial relevância, às quais haveria de aditar, pelo menos, ainda outra, a do bicentenário do nascimento do notável estadista, filósofo e fecundo polígrafo Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) — que ocorre precisamente em 31 de Dezembro.

Celebraram-se em sessões especiais o centenário do nascimento do Almirante Gago Coutinho, notável cientista, e o tricentenário do do P.º Manuel Consciência, um dos «Clássicos Esquecidos», que o falecido académico e jurisconsulto brasileiro Dr. Solidónio Leite enalteceu em páginas que os Portugueses não podem esquecer. A evocação da obra, variada e interessante, deste seiscentista, permitiu que fossem então recordados, em breves palavras, outros vultos lisboetas, que muito honraram a nossa literatura em épocas diferentes: António Ferreira, autor da célebre tragédia *Castro*, e Jorge Cardoso, que se notabilizou pelo *Agiológio Lusitano* (respectivamente, 4.º e 3.º centenários das suas mortes); e ainda Ricardo Severo (1869-1940), engenheiro de nomeada, artista e arqueólogo, cuja obra teve grande projecção tanto em Portugal como no estrangeiro.

Dada a impossibilidade de desenvolvida referência a todos que tão restritamente foram lembrados, optou-se por reunir apenas, para elogio embora muito limitado para tão notáveis vultos, Silvestre

Pinheiro Ferreira e Ricardo Severo, cuja acção não está ainda suficientemente divulgada e mesmo, quanto ao primeiro, por completo apreciada na sua vastidão e complexidade.



Ricardo Severo estudou no Porto, onde fixou residência muito novo. Na Academia Politécnica concluiu o curso de engenheiro civil e de minas, mas antes do final dos seus estudos publicou alguns importantes trabalhos, entre os quais um sobre a *Citânia de Briteiros*, que chamaram a atenção dos especialistas dos ramos científicos — antropologia e pré-história — a que tão brilhantemente começara a dedicar-se. Em 1887 fundou com outros elementos já então de nomeada a «Sociedade Carlos Ribeiro para Propaganda das Ciências Naturais em Portugal», que editou um estudo de Ricardo Severo sobre *Paleontologia Portuguesa*. Outras suas produções foram inseridas na *Revista*, que a mesma colectividade lançou. Em 1892, porém, emigrou para o Brasil, tendo vivido durante quatro anos na cidade de S. Paulo, na qual conquistou posição de grande prestígio. De volta à Pátria, fundou, com Rocha Peixoto e Ferreira Cardoso, a celebrada revista *Portugália — Materiais para o Estudo do Povo Português*.

Esta publicação, colaborada por muitos cientistas de renome e artistas, recebeu provas de grande apreço das maiores autoridades portuguesas e estrangeiras em assuntos desta índole, sendo considerada, ainda hoje, das mais notáveis que em Portugal se tem editado. Bem proveitosa para a nossa cultura foi a acção desenvolvida por Ricardo Severo, que em 1908 voltou para a grande cidade brasileira onde habitara e veio a criar família, e em que faleceu em 1940. Apenas visitou duas vezes o País, durante este segundo período de estadia em S. Paulo.

O conferente focou, em rápido exame crítico, a importância da acção desenvolvida na grande metrópole brasileira pelo nosso tão notável compatriota em trabalhos grandiosos de engenharia, arquitectura e outros, e enalteceu o apoio que sempre prestou a quanto respeitava à colaboração cultural luso-brasileira, tendo depois mencionado a parte mais saliente da sua bibliografia, além da já referida; assim, aludiu a várias das suas conferências — em que foi sempre brilhante —, a *Origens da Nacionalidade* (edição do Governo Português para distribuição pelas escolas), *Portugal na Guerra* (1916), *A Casa Portuguesa*, *A Pátria Republicana*, *Nacionalização*, *A Ciência Náutica dos Portugueses e o Descobrimento do Brasil*, etc., bem como a um estudo sobre *O Escultor Teixeira Lopes*.

A comunidade portuguesa de S. Paulo — como aliás, de modo geral, as de outros centros populacionais brasileiros — manifestou

sempre a maior admiração por Ricardo Severo. Por ocasião da maior e mais expressiva homenagem que lhe prestaram naquela cidade, o grande escritor Carlos Malheiro Dias, que largos anos também viveu no Brasil honrando de forma notabilíssima o nome da Pátria, dedicou-lhe um valioso trabalho, enternecedora página escrita por quem professava ideias políticas antagónicas das suas.



*Ricardo Severo*

Assim, nessa consagração encontraram-se duas grandes almas, que em terra distante, só pensavam na glorificação do seu País natal.

Disse Malheiro Dias: «Para justificar o carácter excepcional desta manifestação, basta invocar a própria singularidade dos vossos

talentos e das vossas virtudes. Vós pareceis transportar a Pátria convosco. Onde estais, está Portugal. E não podeis estranhar, por austera modéstia, o fervor entusiasta do nosso culto. Não fostes vós que nos desvendastes, no berço da raça, o povo lusitano regido pelo conselho dos veneráveis, que entre si escolhiam um chefe? Nós nos mantemos dentro da tradição. Nós vos escolhemos como mestre e chefe. Nós vos veneramos, vos saudamos, vos aclamamos com as vozes unânimes do coração e da razão! »

Da sua paixão lusíada, ninguém, porém, poderia falar melhor do que o próprio Ricardo Severo. No final de uma entrevista concedida à *Revista Portuguesa*, de S. Paulo, confessou que a atitude nacionalista, que em Portugal manifestara, o acompanhava sempre: «Aproveitei este seu carácter de prestigiosa influência [referia-se à Companhia Iniciadora Predial, fundada em 1908, à qual se encontrava ligado] para lançar a orientação tradicionalista na arquitetura brasileira. Era o mesmo princípio que dominou a campanha nas artes, nas ciências e na política, iniciada no meu País pela geração que procurei englobar em torno da *Portugália* (1897-1908). Continuei aqui o mesmo apostolado, estabelecendo essa mesma base constitucional da tradição étnica e histórica, em um período de demolição e renovamento, para que se não destruísse nas artes criadoras a essência da nacionalidade».



Silvestre Pinheiro Ferreira entrou aos quinze anos na Congregação do Oratório, no intuito de seguir a carreira eclesiástica, tendo-a abandonado, por próprio desejo, sete anos decorridos. Lá frequentou e concluiu brilhantemente o curso de Humanidades; no ano seguinte à sua saída daquela Congregação dava lições de Filosofia, e passado algum tempo (1794) obteve, mediante concurso, o lugar de professor substituto da cadeira de Filosofia Racional e Moral no Colégio das Artes de Coimbra; em 1796, era simultâneamente professor e estudante, porque cursava Mecânica na Universidade, mas no ano imediato deixou o País, devido a motivos de ordem política. Tinha sido acusado de «jacobino», «espírito forte» e mesmo de «conspirador». Se, por um lado, contava com a estima de vários professores, não lhe faltava o despeito de émulos — o que poderá ter ocasionado aquela campanha.

Silvestre Pinheiro Ferreira iniciara persistente oposição à forma como se ensinava Filosofia — só pelo método do *Genuense* (António Genovesi, 1712-1769) procurando antes utilizar concepções modernas, sobretudo de autores franceses e ingleses. Discordância de velhas orientações pedagógicas foi, durante toda a vida, característica da



sua acção. Tal atitude poderia ter contribuído também para a citada animosidade. A sua casa em Coimbra foi devassada pela polícia, que apreendeu muitos manuscritos, quando o novel professor se encontrava em Lisboa, e presos alguns dos seus amigos. O próprio Prelado Universitário o aconselhou a que, durante algum tempo, se conservasse em lugar seguro.

Saiu de Portugal pelo porto de Setúbal, em direcção a França, mas o barco aportou a Dôver, tendo as autoridades britânicas proibido os passageiros de seguirem viagem para Calais. Pouco tempo permaneceu em Inglaterra, devido ao auxílio de alguns Portugueses, entre os quais José Correia da Serra, que lhe facilitaram seguir para a Haia, donde passou a Paris.

No ano seguinte, isto é, em 1798, modificado o condicionalismo político nacional, foi nomeado secretário da Legação de Portugal na Holanda, o que lhe permitiu percorrer o norte da Alemanha e aprender alemão. Em 1802, tendo vindo a Lisboa, foi nomeado oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, e pouco depois Encarregado de Negócios na Corte de Berlim. Assim se iniciou a sua carreira de homem público. Prémio dos seus serviços ou resultado da inveja dos que queriam afastá-lo de lugares proeminentes na Corte? — perguntam alguns dos seus biógrafos. Por imposição de Napoleão — disse-se —, teve de abandonar Berlim, por suspeita de ter avisado o Príncipe Regente da intenção do imperador de invadir Portugal... No *Elogio Histórico do Conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira*, pronunciado no Rio de Janeiro, em 1848, pelo Cons. José António da Silva, lê-se que «foi aos incessantes e eficazes avisos de S. P. F. que o Senhor D. João VI deveu a sua salvação, e evitou a sorte que o imperador dos Franceses lhe destinava, retirando-se com toda a Real Família para os seus Estados do Brasil». Embora a transferência da Corte para o Rio de Janeiro não tivesse sido ocasionada pelo parecer de uma única individualidade, não deixa de ter interesse esta informação, demonstrativa da clarividente atitude de Pinheiro Ferreira.

Seguiu depois para o Rio de Janeiro, onde deve ter chegado em 1809. Nomeado deputado da Junta do Comércio em 1811 — nomeação, segundo as suas próprias palavras, devida à afeição do bom Príncipe, que «o defendeu ele só contra todos os seus ministros». Em 1813, teve de recorrer ao magistério particular, iniciando um curso de Filosofia. As suas lições, publicadas conforme iam sendo proferidas, deu o título geral de *Prelecções Filosóficas* — uma das suas obras mais notáveis e divulgadas.

Em 1820 foi nomeado Ministro de Portugal nos Estados Unidos da América do Norte, lugar que não chegou a ocupar, devido à célebre «Revolução de Fevereiro», verificada no Rio de Janeiro. Recebe a Carta de Conselho, e é nomeado (1821) Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. No ano seguinte, regressa com a Corte a Lisboa,

e redige o discurso que D. João VI devia ler, em resposta ao do Presidente do Congresso, mas foi Pinheiro Ferreira que teve de o fazer, dada a comoção do Monarca. Perante a agitação do meio político e popular da capital, deliberou pedir, nesse próprio dia, a demissão das suas funções ministeriais.



*Silvestre Pinheiro Ferreira*

Algumas passagens do sobredito discurso desagradaram ao Congresso, principalmente aquelas em que se defendia o princípio de que «o exercício da soberania consistindo no exercício do poder legislativo, não pode residir separadamente em nenhuma das partes

integrantes do Governo, mas sim na reunião do monarca e deputados eleitos pelos povos».

Pouco depois, voltou a aceitar a pasta dos Negócios Estrangeiros. Deparam-se-lhe, porém, grandes dificuldades quanto ao reconhecimento do novo regime por várias potências, à negociação de tratados de comércio com a Inglaterra, a Suécia e os Estados Unidos, e a muitos outros assuntos. Esforçou-se pela assinatura de um tratado de recíproca defesa entre Portugal e Espanha, que não chegou a ser assinado. Foi-lhe concedida a exoneração em 1823, tendo ficado com as honras do cargo e uma pensão anual. Rejeitou novo convite para gerir a mesma pasta, e bem assim uma missão para examinar as relações do nosso País com a Inglaterra, França, e Holanda, devendo aguardar em Londres as ordens do Rei sobre essa incumbência. Saiu, no entanto, de Portugal, como lhe fora ordenado, único fim — segundo sua opinião — que o governo pretendia atingir...

Em 1826 já se encontrava em Paris, de onde só regressou em 1842, apesar de eleito deputado mais de uma vez. O período da sua residência em França foi, incontestavelmente, o mais fecundo da actividade de tão brilhante escritor, filósofo (excepto as já referidas *Prelecções Filosóficas*, editadas no Rio de Janeiro, todas as suas obras desta índole foram publicadas em Paris), tratadista de Direito, de Administração Pública, de Economia Política, etc. Em rápida exposição, o conferente focou as características da vasta obra de Silvestre Pinheiro Ferreira na época em referência.

... ..

O regresso a Portugal coincide com a sua eleição de deputado pela Província do Minho. No ano seguinte (1843) apresentou à Câmara dos Deputados uma série de projectos de lei que resumiam o resultado dos seus aturados e penosos estudos nas ciências políticas e administrativas, e constituíam um sistema completo de organização em harmonia com os princípios da Carta, tal como ele o concebera. Foi tão árduo trabalho saudado com o respeito provocado pelo nome do autor, mas não chegou a ser discutido. Isso não o desanimou, visto que, nos três anos que ainda teve de vida, continuou escrevendo numerosos artigos, em revistas e jornais de carácter literário ou político, sobre variados assuntos, mas em reduzido número acerca de filosofia.

Presidiu ainda, nesse derradeiro período de actividade, a uma agremiação literária formada por estudantes universitários, que lhe dirigiram o respectivo convite. Aceitou-o com entusiasmo, sempre movido do seu amor à juventude, sua instrução e educação. Quando desapareceu o Mestre, não lhe sobreviveu a «Academia das Ciências e Letras» — como os seus organizadores a tinham denominado. Era intenção do governo nomear Pinheiro Ferreira reitor da Universidade de Coimbra, a única então existente. Seria justa consagração dos seus

méritos e da sua excepcional e exemplar vida, mas não a teve aquele que notáveis autores têm considerado como um dos nossos mais proeminentes pensadores da sua época.

É a obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, muito vasta e complexa, mais conhecida no estrangeiro do que em Portugal, o que não é de causar admiração, dado que lá fora, em França sobretudo, teve intensas relações com os meios intelectuais, embora não devam ser olvidadas as suas anteriores permanências na Haia e na Alemanha do Norte. Como membro de sociedades científicas de vários países, como o Instituto de França e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, seu nome ganhou grande prestígio, e seus escritos a consideração devida ao respectivo valor intrínseco.

Inúmeras citações do seu labor, sobretudo no âmbito de direito internacional público, deparam-se-nos frequentemente. Entre elas, merecem citação:

a) O grande internacionalista Anzilotti, no *Corso di diritto internazionale pubblico*, aponta o nosso compatriota, entre outras suas intervenções, como sapiente anotador da obra do positivista-jurídico Jorge Frederico Martens *Précis du droit des gens moderne de l'Europe* (1778), além de mostrar conhecimento das produções originais de Silvestre Pinheiro Ferreira;

b) Fauchille, no seu grande *Traité de droit internationale public*, menciona-o várias vezes, acerca da intervenção e da extradição;

c) Foelix, em *Droit international* igualmente o cita, a propósito também da extradição, como defensor da doutrina de que ela nunca devia ser concedida, mas substituída pela propositura de processos-crimes nos tribunais do país em que o pretense agente criminoso tivesse buscado refúgio. Isto pelo argumento de que o Estado que a concedesse poderia ser verdadeiro cúmplice de uma sentença condenatória iníqua, pronunciada pelo Estado da nacionalidade do delinquente.

Em estudos modernos encontram-se igualmente citadas opiniões de Silvestre Pinheiro Ferreira, como nos que constituem o vasto *Recueil des cours* da Academia de Direito Internacional da Haia, professados durante o período da paz de Versalhes. Assim:

a) J. A. Roux, prof. honorário da Faculdade de Direito de Estrasburgo e conselheiro da *Cour de Cassation*, em *L'entr'aide des États dans la lutte contre la criminalité*, refere-se-lhe através do sobredita citação de Foelix;

b) Ahmed Rechid, prof. de direito constitucional comparado na Faculdade de Direito de Istambul, e membro do Tribunal Arbitral da Haia, em *L'Islam et le droit des gens*, escreveu textualmente: «Dans son ouvrage intitulée *Principes de droit public constitutionnel*

*administratif et des gens* (1834), Pinheiro Ferreira, célèbre philosophe et homme d'État portugais, dit que la prise des otages est un reste de barbarie de nos ancêtres, qu'il faut stigmatiser»;

c) Rudolf Laun, prof. em Hamburgo, em *Régime international des ports*, lembra-o pelas suas ideias sobre a extraterritorialidade dos navios de guerra surtos em portos estrangeiros.

Muitos outros testemunhos podiam ser apresentados sobre o pensamento deste nosso devotado cultor do direito internacional público. Deve ter-se presente que a sólida formação filosófica de Pinheiro Ferreira habilitou-o a escrever valiosos estudos de filosofia do direito e de direito público, interno e internacional, sem que tivesse cursado qualquer Faculdade de Direito. É incontestável que, ao lado dos seus escritos filosóficos, foi de direito internacional público a parte maior e melhor da sua vastíssima obra, na qual se inserem grandes comentários aos livros dos dois grandes internacionalistas do seu tempo, o já citado J. F. Martens e Emerico Vattel. Essa actividade levou à inclusão do seu nome em várias obras estrangeiras, como, por exemplo, em *Les fondateurs du droit international*, de diversos autores, sob a direcção do grande internacionalista moderno Pillet.

Nas suas obras de Direito ressalta a constante preocupação de Pinheiro Ferreira de bem-servir todas as causas justas, e assim defender e aperfeiçoar o Homem. Expondo o seu pensamento acerca do *Projecto da Associação das Classes Industriais*, que publicou em 1840, disse considerar dever contribuir, quanto em si estivesse, para o bem da Humanidade e da Pátria. Os seus trabalhos mantêm, ainda hoje, alto interesse, como este projecto. Feliz foi, portanto, a iniciativa de abrir com a sua transcrição integral a nova secção «Antologia do Pensamento Jurídico Português» do *Boletim do Ministério da Justiça* (1949), iniciativa devida ao Sr. Doutor António José Brandão, que, em palavras preliminares de grande interesse, focou a personalidade do autor e o significado do projecto. Aproveitou-se este extenso trabalho de Pinheiro Ferreira (que nos domínios do Direito, se ocupou de Processo Civil, de Direito Público Interno e Internacional, de Direito Administrativo e de Direito Constitucional), não só por nele sobressair com grande vigor a originalidade do pensamento do seu autor, mas também por ter o duplo interesse de nos mostrar como Portugal, por intermédio dele, se preocupou com certos problemas europeus da época, tomando posição reflectida ante eles e chegando ao ponto de sugerir soluções precursoras. E conclui o Doutor A. J. Brandão, com a sua especial autoridade, que, por via de regra, os precursores são contrariados pela Sociedade a que pertencem, mas que ultrapassaram. «Foi assim preciso que decorresse um século para que a consciência dos Portugueses e dos Europeus se tornasse receptiva para ideias semelhantes às que Silvestre Pinheiro

Ferreira tão clara e sistematicamente expôs no projecto de lei», [de 214 artigos].

O valor do estadista-filósofo foi sempre apreciado pelos seus compatriotas — observação feita pelo conferente, no receio de que o facto ficasse pouco saliente em face de tão laudatórias apreciações de estranhos. Entre outras informações concernentes ao assunto, salientou o elevadíssimo apreço que várias agremiações nacionais tinham por tão ilustre Português, que tantos anos voluntariamente viveu longe da Pátria, uma delas a prestigiosa Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, que a Pinheiro Ferreira manifestou, variadas vezes, a grande consideração que lhe votava, e que levou a escolhê-lo como seu representante junto de eminentes vultos franceses da especialidade, para intercâmbio científico e oferta de obras da autoria de médicos portugueses.

Importa sobretudo focar os elevados termos em que a mesma douta Sociedade se referia a Pinheiro Ferreira, de que é notável espécime a carta, que lhe endereçou em 1840, assinada pelo seu presidente (Doutor António José de Lima Leitão) e pelos dois secretários da direcção, documento inserto no tomo XI, p. 304, do respectivo *Jornal*, assim iniciado: «A Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa via em V. Ex.<sup>a</sup> um dos mais brilhantes ornamentos da Nação Portuguesa pela inteligência e dignidade com que prefez a sua carreira até aos mais elevados cargos do Estado, e sobretudo pela luz imensa que de seu nobre retiro tem sabido espalhar pelas Ciências dos Direitos Público e Civil com admiração da Europa culta, reflectindo tamanha glória ao País, que já tão ditoso se considera, e muito mais se considerará ainda na posteridade, por haver sido o berço de V. Ex.<sup>a</sup> [...]»

Também o Doutor Lima Leitão fez incluir na mesma publicação — que ainda hoje se mantém com relevante importância — um trabalho de Silvestre Pinheiro Ferreira, intitulado *Ideia Sucinta da Homeopatia e do Criador desta Escola, o Dr. Samuel Hanemann*, fazendo-o acompanhar de nota muito interessante.

Da sua prodigiosa actividade intelectual, além da actuação como figura cimeira da cena política do tempo — de que resultaram, entre volumosas obras, folhetos e artigos em vários idiomas, algumas centenas de produções (sem exagero se dá esta informação) — foi sempre registada como primacial a que se refere à Filosofia; mas, como acaba de ver-se, fora desse campo, foi de grande relevo a obra deste insigne Português.

O certo é que os trabalhos filosóficos de Silvestre Pinheiro Ferreira continuam despertando vivo interesse nos meios universitários portugueses, o qual, aliás, de longe vem, desde que o Doutor Lousada de Magalhães apresentou, há quase um século, como tese de doutoramento na Universidade de Bona, o estudo *Silvestre Pi-*

nheiro Ferreira — *Sein Leben und seine Philosophie*. Nos últimos anos, vários trabalhos da mesma finalidade foram elaborados, dissertações de licenciatura nas Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e Coimbra, como os da autoria do Dr. Francisco de Matos Gomes (que também se ocupou de Pinheiro Ferreira na *Revista de Guimarães*, usando o pseudónimo «Jorge Vernex»), da Dr.<sup>a</sup> Maria Luísa Cardoso Rangel de Sousa Coelho (edição da Faculdade de Filosofia de Braga), do Dr. Francisco José Peixoto da Costa Félix, do Dr. António Brás Frade Henriques Barata e da Dr.<sup>a</sup> Maria Alice Queirós Gouveia.

Trata-se de um movimento muito interessante, a que a reedição de alguns trabalhos de Pinheiro Ferreira (indicados pelo conferente) deu relevo, em especial a reimpressão de seus *Estudos Filosóficos*, na *Revista da Universidade de Coimbra*, no ano de 1960, que ocupam algumas centenas de páginas.

Dos autores, que se têm ocupado da sua filosofia, foram referidos, entre outros, os Doutores Delfim Santos e Lúcio Craveiro da Silva. Os temas desta natureza — frisou o prelector — requerem, para eficiente exposição e desenvolvimento, profunda especialização, pelo que é sobretudo de carácter informativo e não de crítica que têm de ser consideradas as suas palavras. Acentuou, o que aliás já deixara exposto, que foi muito significativa a reacção de Silvestre Pinheiro Ferreira contra o ambiente decadente da filosofia portuguesa da época, e que o seu pensamento é importante na história da Filosofia em Portugal e no Brasil, porque é, do ponto de vista gnoseológico, o traço de união mais relevante entre a filosofia dos Padres do Oratório e o positivismo da segunda metade do século XIX. Banida ou desconhecida a causalidade metafísica, fica o caminho preparado para a aceitação do positivismo. Por isso, no pensamento de vários autores, tal filosofia predispõe para a aceitação do positivismo de Teófilo Braga. E — é natural a interrogação —, no Brasil, não terá ele preparado igualmente, com os seus livros e o seu ensino, o grande florescimento que o positivismo teve nesse país?

Destas simples notas, apesar de resumidas, pode concluir-se que ainda hoje tem valor a mensagem de tão nobre e generoso espírito, sempre com o intuito de infundir na juventude o amor pelos mais altos temas da cultura; de defender os necessitados de justiça; de engrandecer a Pátria...

Se a sua acção de estadista e influência no campo das ideias e soluções, com as que constam dos sobreditos projectos apresentados à Câmara dos Deputados, nem sempre saíram vitoriosas, foi isso derivado das limitações que a sua bondade impunha a atitudes que deveria ter adoptado para obter triunfo completo. Isto mesmo foi assinalado na obra de um jurista, Charles Vergé, publicada em França dez anos após a morte do estadista-filósofo (*Diplomates et Publicistes* — Paris, 1856). Eis algumas das suas considerações:

«O que faltava sobretudo a Pinheiro Ferreira na prática, e bem se nota nos seus escritos, era o conhecimento das más intenções da Humanidade, dos seus vícios, das suas paixões, dos seus crimes. Ele coloca-se sempre em presença de uma sociedade imaginária, espécie de evocação da idade de ouro, em que os homens vivem sem ódio, sem maus instintos e em profunda paz. Não, as coisas não são assim; se fossem, muito facilitada estaria a actuação dos governantes. É necessário considerar a Humanidade como um amálgama de bem e de mal; e quando se não sente nem o coração nem o pulso bastante fortes, nem a vontade assaz persistente para travar a luta, só resta uma solução: recólherem-se, os que não querem resistir, a uma Tebaida, como os piedosos crentes de outrora, e de lá rogam para os homens a misericórdia da Providência.» Afinal, Vergé, sempre pouco disposto a enaltecer Portugal através das páginas do seu livro, engrandeceu Silvestre Pinheiro Ferreira, que apresentou como homem de grande elevação moral e de excelente coração... Com tais virtudes, não foi o nosso celebrado Filósofo egrégio representante do que mais distingue o nosso Povo?

Quaisquer reservas ao valor da sua vasta e multiforme obra e à sua actuação não podem diminuir a importância que ambas — em desapassionada visão — apresentam, nem modificar o melhor juízo, que pode formular-se acerca de tão notável figura: Silvestre Pinheiro Ferreira foi, sem exagero, uma prestigiosa voz portuguesa na sociedade internacional da sua época.



BECO DO MALDONADO - CAST. S. JORGE



# Exposição Bibliográfica na sede do Grupo "Amigos de Lisboa"

**E**M 18 de Dezembro, constituindo um dos números da última manifestação cultural deste ano do Grupo «Amigos de Lisboa», foi inaugurada na sede uma exposição bibliográfica, organizada pelo vice-presidente da Junta Directiva, Eng. Júlio Eduardo dos Santos, e constituída por espécies da sua colecção. O objectivo encontra-se indicado no respectivo catálogo: apresentação de algumas obras oratórias de autores lisboetas dos séculos XVII e XVIII, e simples apontamento sobre a literatura antoniana de 1959 a 1969.

Nas palavras iniciais do catálogo, o seu organizador explica a razão da heterogeneidade do programa desta exposição. Quanto à primeira parte, elucida que, não tendo sido possível realizar-se, por ocasião da conferência que pronunciou em Abril deste ano, uma pequena exposição que projectava sobre a oratória lisboeta dos sobreditos séculos (a propósito do tricentenário do nascimento do escritor e pregador Manuel Consciência) — atendendo a que outra se encontrava então patente —, aproveitara a oportunidade de voltar a apresentar novo trabalho, aliás de tema diverso, para realizar o que então não fora possível. Assim, além de obras dos grandes Mestres da eloquência e da prosa, António Vieira e Manuel Bernardes, são expostas peças oratórias dos seguintes autores: Francisco de Mendonça, Francisco de Santa Maria, Manuel Consciência e D. José Barbosa (todos incluídos entre os «Clássicos Esquecidos», segundo a classificação do notável escritor e jurista brasileiro Dr. Solidónio Leite)

e ainda de outros oradores, cuja personalidade e escritos têm sido elogiados por muitos dos mais autorizados historiadores da Língua Portuguesa. São eles: Francisco Fernandes Galvão, João de Ceita, D. Luís da Ascensão, Manuel dos Reis, Simão da Gama, D. João Evangelista, Teodoro de Almeida e D. Fr. António de Pádua e Belas. Este último e o Pe. Manuel dos Reis, embora apresentados como lisboetas, nasceram nas proximidades da capital, respectivamente, em Belas e em Loures.

Lê-se no catálogo: «A presente exposição não passa de *singelo apontamento* sobre uma época em que se distinguiram vultos que a posterioridade no entanto tem olvidado. Lisboa orgulha-se de contar muitos deles entre os seus filhos». Não se trata de exaltar globalmente a oratória sagrada de antanho, nem de defender o seiscentismo ou os autores dos séculos seguintes. Há excepções notáveis a considerar, mas nem sempre os historiadores da vida literária nacional por elas se têm interessado, porque — frisa o autor do catálogo — lhes tem faltado o essencial: a análise crítica.

Quanto ao pensamento que motivou a inclusão de elementos concernentes ao movimento literário antoniano de 1959 a 1969, acentua-se, nas palavras iniciais do catálogo, tratar-se de sugestão feita ao expositor, no intuito de serem actualizados os que constam de três exposições da especialidade que promoveu, uma das quais (1961) na sede do Grupo «Amigos de Lisboa». A personalidade e obra do Santo olisiponense são temas sempre oportunos; mas não pode esquecer-se que «passada a época do *maravilhoso*, há hoje apenas que ter em conta o aspecto cultural, baseado em séria investigação». Afigura-se-nos significar isto que — segundo o prefaciador do catálogo — pensar de modo diverso, seria manifestação primária...

São trinta e cinco as espécies portuguesas (originais ou traduções) editadas no sobredito decénio. Mereceram referências especiais, no preâmbulo do catálogo, as obras do P.<sup>o</sup> Fernando Félix Lopes e do Prof. Doutor Francisco José da Gama Caeiro, e ainda as conferências promovidas pelos «Amigos de Lisboa» e proferidas pelo P.<sup>o</sup> Henrique Pinto Rema e ensaísta Pinharanda Gomes. Outros trabalhos — conferências, artigos, exposições, etc., de iniciativa ou com participação do mesmo Grupo cultural — constam do seu Boletim, *Olisipo*, e encontram-se relacionadas no catálogo desta exposição.

A bibliografia estrangeira, além da versão italiana, em preciosa edição, do livro de Sofronio Clasen *Sant'Antonio Dottore Evangelico* e de importantes trabalhos de G. Abate e Samuele Doimi, é imensamente

valorizada pela notável revista *Il Santo*, iniciada em 1961, publicada pelo «Centro Studi Antoniani», de Pádua, e que insere notáveis artigos, alguns com referências a Portugal.

Embora sem discriminação no catálogo, constituem espécies de muito interesse publicações periódicas e outros impressos, do mesmo período, vários referentes a iniciativas da Câmara Municipal de Lisboa; Junta de Turismo da Costa do Sol (exposições antonianas bibliográficas e iconográficas, e ainda de arte moderna, solenidades cívicas e religiosas ligadas ao conhecido «intercâmbio antoniano Pádua-Estoril»; vinda a Portugal de relíquias de Santo António; entrega de outra relíquia à Sé Patriarcal de Lisboa (1968), etc. Expostas também algumas medalhas paduanas do VII Centenário da Transladação de Santo António (1963); idem, da peregrinação italiana a Lisboa (1966); e outra do escultor Vasco da Conceição (1964).

Completam as espécies expostas várias edições dos *Sermões* de Santo António, e algumas outras concernentes a assuntos bibliográficos.

O catálogo é ilustrado com reproduções dos célebres retratos de António Vieira e Manuel Bernardes, respectivamente, de Arnolde van Westerhout e Jerónimo Rossi, e do busto-relicário de bronze, da autoria do escultor italiano Carlos Mandelli, obra de arte oferecida pela Basílica de Pádua à Sé Patriarcal de Lisboa, em 1968, e em que se encontra encerrada a relíquia de Santo António, vinda para Portugal por diligência de Sua Eminência o Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

Na

## LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.<sup>a</sup> livros sobre  
todos os assuntos escritos nas  
principais línguas europeias

Damos informações biblio-  
gráficas e aceitamos enco-  
mendas para todos os países

### LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo, 70 - 74

• Telefones: 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20

Secção de revenda e armazéns Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA - 2

# SOCIEDADE NACIONAL DE MÚSICA DE CÂMARA

**T**RÊS jovens lisboetas, rendidos aos encantos da divina arte da Música, empreenderam, há cinquenta anos, a fundação da presente Sociedade Nacional de Música de Câmara, que consequentemente celebra, na presente época artística, o seu glorioso cinquentenário — comemoração iniciada em 17 de Dezembro com a realização do 305.º concerto, precedido de algumas palavras pelo prestigioso musicólogo, lisboeta também, Dr. João de Freitas Branco. Os fundadores foram o saudoso amador João Gomes da Silva, falecido há já muitos anos, e os Srs. Maestro Fernando Cabral e Major João Carlos Valente, ainda hoje seus directores, que mantêm o entusiasmo inicial pela sua fecunda idéia.

A primeira assembleia-geral da Sociedade, realizou-se em 28 de Novembro de 1919, no Conservatório Nacional de Música, onde veio a ter a primeira sede, depois transferida para o Sindicato Nacional dos Músicos. Foi seu primeiro director artístico Júlio Cardona, conceituado professor e violinista, e do seu conselho artístico fizeram parte, também inicialmente, os professores do Conservatório Augusto Machado, João Passos, Luís de Freitas Branco, Teófilo Saguer e Tomás Borba. O concerto inicial teve lugar, no salão do Conservatório Nacional em 11 de Abril de 1920, com a assistência do Chefe do Estado, tendo nele colaborado o grande Mestre José Viana da Mota.

Bem notável tem sido a acção da Sociedade Nacional de Música de Câmara, que excedeu muito o âmbito que a sua designação parecia impor-lhe. Em primeiro lugar, deve salientar-se a iniciativa da montagem de óperas portuguesas, interpretadas exclusivamente por artistas nacionais; depois, a execução de obras corais-sinfónicas, várias em primeira audição em Portugal.

Não se exagera, dizendo que as breves palavras que seguem representam sòmente indicação geral do esforço dispendido, em tão extenso período de existnência, por esta agremiação cultural.

Deve-se-lhe o conhecimento de grandes obras corais, como a *Missa Solene*, de Beethoven, e as *Beatitudes*, de César Frank, que obtiveram (ambas) grande êxito em Lisboa e Porto, nos anos de 1928 e 1929, e mais tarde a audição da cantata inédita *Primavera*, de Alfredo Keil; a representação da ópera de câmara *Serva Padrona*, de Pergolesi, cantada em português; os notáveis espectáculos, efectuados no Coliseu dos Recreios em 1938, com a ópera *Serrana*, de Keil, cantada no seu original português, repetida mais tarde em S. Carlos; a primeira audição, no País, de trechos da famosa ópera de Beethoven *Fidélío*, e a apresentação da oratória do mesmo autor *Cristo no Monte das Oliveiras*; as execuções do *Requiem*, de Domingos Bontempo, e da *Missa em sol*, de Schubert; além de inúmeras audições de obras de câmara, de todo o género, desde os concertos de Haendel e Corelli, para orquestra de arcos, até às modernas obras de d'Indy, Magnard, Fauré, Respighi, Pagela, Mahler, Bruckner, Ravel e outros.

Diversas obras de João Arroio foram reveladas por esta Sociedade, entre as quais a ópera *Leonor Teles*, em 1941 apenas o segundo acto, e anos depois a partitura na íntegra.

Merecem o qualificativo de notáveis os concertos comemorativos de centenários de Beethoven, Haydn, Schubert, Saint-Saëns e Brahms, e os festivais de música checa, espanhola e italiana, os concertos-Chopin e o dedicado aos Três-Clássicos de Viena, além de outros.

Todas as obras corais e sinfónicas foram dirigidas pelo Maestro Fernando Cabral; nos seus concertos tomaram parte, pode asseverar-se, todos os nossos principais artistas e, igualmente, muitos estrangeiros. É ainda de referir que se lhe deve a revelação de alguns artistas nacionais, pois os seus directores — conforme acentuaram — jamais se esqueceram de que a apresentação de obras portuguesas e de artistas nossos compatriotas é uma das principais finalidades da Sociedade Nacional de Música de Câmara.

Na última das sessões culturais do ano de 1969 dos «Amigos de Lisboa», efectuada em 18 de Dezembro, o vice-presidente da Junta Directiva, Eng. Jâlio Eduardo dos Santos (sócio da S. N. M. C.), pronunciou algumas palavras em louvor da mesma Sociedade, pela sua benemérita acção no meio artístico da capital. A elas se aditam as que acima se deixam exaradas, assim se completando a homenagem do nosso Grupo a uma notável agremiação lisboeta.

## POESIAS OLISIPONENSES

À MINHA BELA CIDADE

**L**ISBOA! Quero cantar-te,  
mas confesso que não sei.  
Não tenho poder nem arte,  
no entanto tentarei...

O meu carinho sei dar-te,  
aqui nasci... me criei...  
Sinto prazer em amar-te,  
sou lisboeta de lei!

Lisboa! És linda, risonha,  
és o enleio de quem sonha,  
sabes bem enfeitiçar!...

E prendes de tal maneira...  
Até a gente estrangeira  
apreço te sabe dar!

13 de Novembro de 1969

*Christina Bérens Freire*

# ACTIVIDADE CULTURAL

*do 2.º Semestre de 1969*

**I**NICIOU-SE a actividade cultural deste semestre com a visita de estudo ao Museu dos Patudos em Alpiarça e seguidamente a Tomar, depois da visita ao Convento de Cristo e Capela de Nossa Senhora da Conceição, onde os Amigos foram acompanhados pelos nossos consócios Sr. Brigadeiro Amorim Rosa e Sr. Arquitecto Mota Lima, da Comissão de Turismo e vereador da respectiva Câmara Municipal, que como convidados assistiram ao almoço, realizado no Hotel dos Templários.

Em 17 de Julho realizou-se a 64.ª sessão de Colóquios Olisiponenses, que versou problemas habitacionais de Lisboa, tendo o Sr. Eng.º Júlio Eduardo dos Santos feito considerações sobre a toponímia da cidade pelo facto de, a uma das novas artérias, a Câmara ter dado o nome do Conselheiro José Silvestre Ribeiro e fez o elogio desse notável estadista e escritor.

Em 3 de Agosto, a Direcção acompanhada de muitos associados realizou uma visita particular à sede da União dos Grémios dos Lojistas de Lisboa a inaugurar oportunamente. O edifício, ainda em acabamentos, custou cerca de quinze mil contos e compõe-se de nove andares, na Rua Castilho, n.ºs 14-16, dos quais a União ocupa quatro. No átrio encontra-se uma linda estátua de Mercúrio e o emblema também em bronze da União, obras de Mestre Leopoldo de Almeida. Os visitantes foram aguardados pelo Presidente da União, o nosso consócio Sr. Aníbal David, e outros directores que os cumprimentaram. Agradeceu o Director Secretário-Geral que recordou ter sido colega de vereação do Sr. Aníbal David, acentuando a amabilidade da sua presença. As instalações do Grémio são a um tempo confortáveis e luxuosas, tendo um cinema e uma sala

de recepções com magníficos tapetes e um grande painel do artista Severo Portela.

A 13 de Novembro, realizou-se na sede um recital poético pela nossa consócia D. Christina Bérens Freire, a propósito do aparecimento do seu novo livro de versos «Pensamentos e Mágoas». Nessa oportunidade ofereceu ao Grupo a poesia publicada neste número «A Minha Bela Cidade».

A 15 do mesmo mês foram visitadas as instalações do Colégio Universitário Pio XII, da direcção do Reverendo Padre Joaquim António de Aguiar. Foi a visita dirigida pelo referido Director, que aludiu às vicissitudes do Colégio e à história da sua instalação.

No Sábado 13 de Dezembro foram projectadas na sede do Grupo uma série de filmes tidos amavelmente pela Mobil Oil Portuguesa, e que se referiam a derivados do petróleo e um sobre a viagem da Apolo 11. Foram muito apreciados e a sessão teve larga comparência.

Na Quinta-feira, 18 de Dezembro, o Vice-Presidente da Junta Directiva, Senhor Eng.º Júlio Eduardo dos Santos pronunciou uma conferência sobre centenários de lisboetas em 1969, aludindo com larga cópia de informações aos de Silvestre Pinheiro Ferreira e Ricardo Severo. Neste número se publica um resumo dessa conferência. Ao mesmo tempo foi inaugurada uma exposição bibliográfica de obras sobre oratória de autores lisboetas dos séculos XVII e XVIII e também outras actuais de temas lisiponenses, particularmente antonianas, constituída por espécie da colecção do conferente.

Durante o semestre foi o Grupo convidado para várias cerimónias, entre elas a conferência promovida pela Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa no Teatro da Estufa Fria, comemorativa do regresso de Vasco da Gama da sua primeira viagem à Índia. A conferência foi pronunciada pelo Sr. Dr. Alberto Iria e realizou-se em 29 de Agosto, tendo o Grupo sido representado pelo Vice-Presidente da Junta Directiva.

Também o Grupo foi representado pelo Secretário-Geral Doutor Eduardo Neves e pelo membro da Junta Directiva Dr. Alberto Gomes na sessão inaugural do ano académico 1969-70 da Sociedade das Ciências Médicas.

A Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa convidou o Grupo para o astear da bandeira nos Paços do Concelho no dia 5 de Outubro. O Grupo esteve representado pelo Vice-Presidente da Junta Directiva e pelo Director Secretário-Geral.

O Grupo correspondeu sempre, representando-se ou por escrito, aos convites recebidos por várias colectividades e por telegramas cumprimentou a Cidade de Nova Lisboa pelo seu aniversário em Agosto e em Outubro e Dezembro, os nossos sócios honorários Senhores Presidente da República e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

E. N.





# Feira da Ladra



## FICHEIRO

### 51. *Sociedade de Instrução e Beneficência José Estêvão*

No número 232 da Alameda das Linhas de Torres, encontra-se instalada a Sociedade de Instrução e Beneficência José Estêvão, fundada em 1911.

Dedicada à obra de assistência às crianças carecidas, a colectividade consagra no seu título uma grande figura de português e liberal que à causa da Pátria dedicou a sua vida, grande defensor que foi da generalização do direito de acesso à cultura.

Mantém a Sociedade aulas do ensino pré-primário para crianças dos 4 aos 6 anos de idade, fornece refeições não só aos seus alunos, como aos mais carecidos que naquela freguesia frequentam a Escola Primária Oficial n.º 31, em regime de absoluta gratuidade, tal como o regime facultado aos seus pequeninos educandos.

Mantém também uma biblioteca com sistema de leitura na sede e domiciliária de que beneficiam os seus associados e familiares.

### 52. *Grupo Escolar Instrução Nova*

COM o propósito de criarem uma escola primária, um grupo de operários da Fábrica de Tabacos que existiu em Xabregas, fundou em 13 de Novembro de 1911 o Grupo Escolar Instrução Nova.

A primeira sede teve-a na Vila Dias, em Xabregas, donde passou para a rua Alves Paiva Fragoso, vindo a fixar-se definitivamente na rua Municipal A. P. L., primeiro andar, no Alto dos Toucinheiros.

Mercê de contrato estabelecido com a benemérita Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, ali são igualmente leccionadas crianças, filhas dos sócios da quase centenária instituição que é Medalha de Ouro de Lisboa.

Além da instrução primária proporcionada, a colectividade mantém uma biblioteca para os seus associados.

### 53. *Clube Philips*

UM grupo de funcionários da Philips Portuguesa tomou a iniciativa de formar o Philips Sport a que sucedeu, em 1948, o Grupo Desportivo da Philips, fixando-se em 1963 no Clube Philips.

Instalado, como os anteriores, em dependências cedidas pela entidade patronal — actualmente no majestoso edi-

ficio-sede da Philips Portuguesa que está em construção, o Clube Philips terá magníficas instalações com salão próprio para espectáculos — a colectividade tem desenvolvido notória actividade e de que se salientam as modalidades de natação, ténis de mesa, educação física, basquetebol, voleibol e futebol, mantendo também um categorizado grupo cénico dirigido com competência e dedicação pelo Sr. Dr. Mário Gonçalves de Castro, conhecido autor teatral.

Têm também à sua disposição os sócios uma bem organizada biblioteca para leitura domiciliária.

*Zacarias da Silva*

### **Ruínas do Teatro Romano**

**A** QUANDO das últimas jornadas arqueológicas levadas a cabo pela douta Associação dos Arqueólogos Portugueses da iniciativa do seu presidente o Prof. Doutor D. Fernando de Almeida,

tão ligado pessoalmente a essas relíquias de antanho, como inscrito na qualidade de sócio efectivo dessa Agremiação tive ensejo de visitar e apreciar as monumentais escavações que na região de São Mamede ao Caldas e Rua da Saudade se vêm realizando sob a supervisão de Sua Ex.<sup>a</sup> o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa General França Borges, nosso sócio honorário, e orientadas pela Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> D. Irisalva Moita, nossa ilustre consócia, apreciando então o rico e notável espólio encontrado.

É uma interessantíssima perspectiva de um monumento de alto interesse para o estudo da cultura durante a dominação romana que bem merece o interesse que na sua realização tem posto o ilustre Presidente da nossa Câmara Municipal, e está em boas mãos sob a direcção da Dr.<sup>a</sup> D. Irisalva Moita, que já nas escavações do Rossio, a propósito do Hospital de Todos os Santos, nos deu profícua e meticulosa realização.

*E. N.*

**GRÉMIO DOS ARMADORES  
DE NAVIOS DE PESCA  
DO BACALHAU**

**ORGANISMO  
CORPORATIVO**

Criado pelo decreto-lei número 26 106, de 23 de Novembro de 1935,  
ao qual compete fomentar a indústria da Pesca do Bacalhau

# ÍNDICE

DO 32.º VOLUME

1969

Actividade Cultural do Primeiro Semestre de 1969 ... ..	69
Idem, do Segundo Semestre de 1969 ... ..	133
Breve Passeio por Lisboa, por <i>Nariade Galvão</i> ... ..	57
Duas Grandes Figuras Lisboetas: Ricardo Severo e Silvestre Pinheiro Ferreira, por <i>Júlio Eduardo dos Santos</i> ... ..	115
Ema Romero Santos Fonseca da Câmara Reys (Evocação da sua Obra), por <i>Júlio Eduardo dos Santos</i> ... ..	56
Os «Diálogos do Sítio de Lisboa», de Luís Mendes de Vasconcellos, por <i>José d'Encarnação</i> ... ..	37
Exposição Bibliográfica na Sede do Grupo «Amigos de Lisboa» ... ..	127
Feira da Ladra ... ..	81 e 135
Hugo Coutinho Raposo: Homenagem à sua Memória ... ..	85
O Lisboeta Gago Coutinho, Marinheiro, Aviador e Geógrafo, pelo <i>Capitão- -de-Fragata Silva Horta</i> ... ..	3
Manuel da Maia, Marechal de Campo, pelo <i>Major Correia de Matosa</i> ...	52
Órgãos da Igreja de S. Roque (Algumas notas sobre os), por <i>Luís A. Esteves Pereira</i> ... ..	108
O «Padre Govea» e os Meninos de Palhavã, por <i>Abílio Mendes do Amaral</i>	87
Palácios dos Marqueses de Gouveia, por <i>Abílio Mendes do Amaral</i> ... ..	16

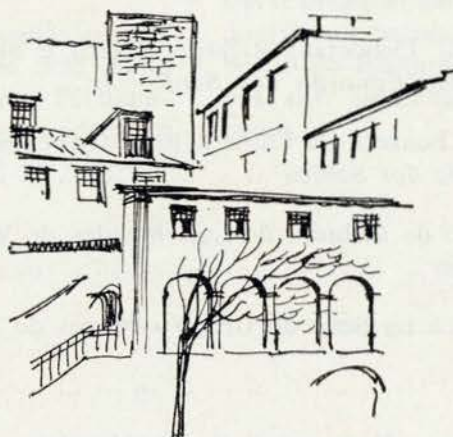
Poesias Olisiponenses:

Um Amigo de Lisboa, por <i>Alberto Carlos Portela</i> ... ..	61
A Minha Bela Cidade, por <i>Christina Beréns Freire</i> ... ..	132
Relatório da Junta Directiva Referente ao Ano de 1968 e Parecer da Comissão de Contas ... ..	62
Sociedade Nacional de Música de Câmara — O seu Cinquentenário ... ..	130

Capas:

- N.ºs 125/126 — Jardim de S. Pedro de Alcântara — Desenho de *J. A. Videira*
- N.ºs 127/128 — Palácio Azevedo Coutinho — *Idem*

Vinhetas de *J. A. Videira* e *Figueiredo Sobral*



# COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

*Com o capital de*

ESC. 294.100.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo

*Sede Social:* LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

*Dr. Guilherme Luísello Alves Moreira*

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

*Le Baron Pierre Bonvoisin*

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

*Eng. João Augusto Bexiga*

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

*Dr. Silvio Guimarães*

**TRADIÇÃO E  
PROGRESSO**



**Banco Borges & Irmão**



PORTO: RUA SÁ DA BANDEIRA, 20  
LISBOA: LARGO DE S. JULIÃO, 1-2  
AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS  
CORRESPONDENTES EM TODO O MUNDO